

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano XI • Número 83

Marco Legal do Saneamento:
**Desafio é atingir
90% de esgoto
e 99% de água
em 13 anos**



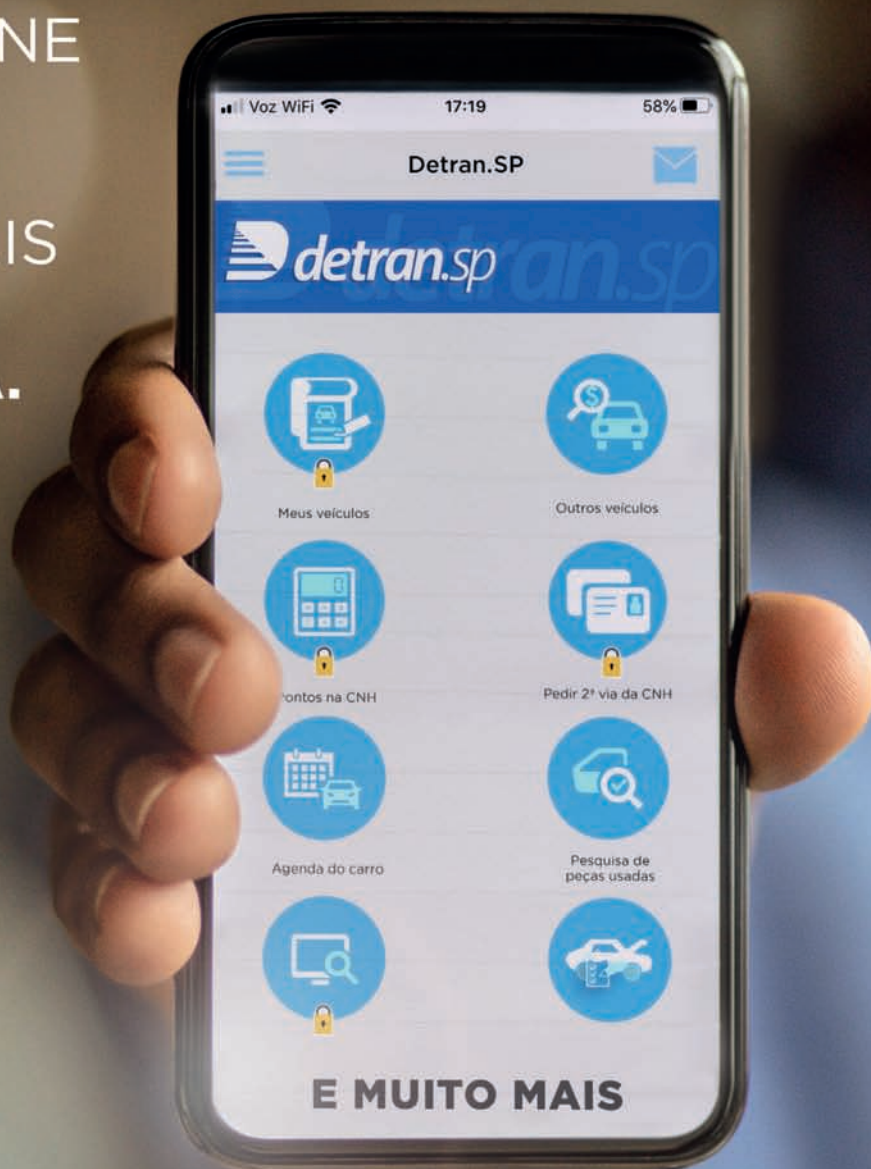
Carlos Cruz, observador
Internacional na Rússia



Eleições 2020 adiadas
15 e 29 de novembro

MAIS DE 60
SERVIÇOS ONLINE
PARA VOCÊ
CONTINUAR
FAZENDO O MAIS
IMPORTANTE:
FICAR EM CASA.

Detran. Inovando para
você resolver tudo
que precisa sem colocar
a saúde em risco.



Acesse **detran.sp.gov.br** e **#FiqueEmCasa**.



RESPEITO À VIDA
SÃO PAULO DIRIGINDO COM RESPONSABILIDADE.



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
ESTADO DE RESPEITO

PRESIDENTE:

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 / 2000 e 1983 / 1988)

1º Vice-Presidente: Fred Guidoni

Prefeito de Campos do Jordão (2013 / 2016 e 2017 / 2020)

2º Vice-Presidente: Geninho Zuliani

Prefeito e Vereador de Olímpia (2009 / 2016 e 2001 / 2008)

3º Vice-Presidente:

4º Vice-Presidente: Marilene Mariottoni

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 / 2008)

SECRETÁRIO GERAL:

ANTONIO CESAR GONTIJO DE ABREU

Vereador de Barretos (1992 / 1996)

1º Secretário: SEBASTIÃO MISIARA

Vereador de Barretos (1972 / 1996)

2º Secretário: DIXON RONAN CARVALHO

Prefeito de Paulínia (2017 / 2020)

3º Secretário: DANIELA DE CÁSSIA SANTOS

Prefeita de Monteiro Lobato (2013 / 2016 e 2017 / 2020)

TESOUREIRO GERAL:

JOÃO EMILIO BUZZO

Prefeito de Mendonça (1989 / 1992 e 1997 / 2000)

1º Tesoureiro: MARCO AURÉLIO GOMES DOS SANTOS

Prefeito de Itanhaém (2013 / 2016 e 2017 / 2020)

2º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA ROCHA

Prefeito de Regente Feijó (2000 a 2008/2013 e 2017 / 2020)

3º Tesoureiro: PAULO SERGIO ALVES

Vereador de Vera Cruz (1997 / 2000)

CONSELHO FISCAL

THIAGO DE MORAES FERRARI

Vereador de Campinas (2009 / 2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

SIGEFREDO GRISO

Prefeito e Vice-Prefeito de Jaú (1989 / 1992 e 2013 / 2016)

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: WALTER CAVEANHA

Prefeito de Mogi Guaçu (1977/1982; 1989/1992; 1997/2000; 2013/2016 e 2017/2020)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: MIGUEL ANTONIO SILVA PADILHA

Vereador de Campinas (1983/1988)

Secretário: LUIZ SOUTO MADUREIRA

Vice-Prefeito de Tietê (1988/1992)

RELAÇÕES PÚBLICAS

Dalva Christofoletti Paes da Silva

Sumário

05 Editorial

A vida que segue

06 Giro Municipal

08 Matéria de Capa

Marco Legal do Saneamento sancionado

14 Presidente da APM participa do Plebiscito na Rússia como observador

18 Fórum IMBRICS se une à USP no combate à Covid-19 no Brasil

19 Solução de triagem rápida pode controlar disseminação da Covid-19

20 Pandemia: ONG lança projeto emergencial de segurança alimentar

24 Eleições adiadas para novembro

25 Espaço TCE-SP

O TCE e suas responsabilidades

26 Espaço CONSEGs

35 anos

28 Espaço CRA-SP

Diálogo Interinstitucional: alternativa segura para política pública de saúde

30 Espaço IPT

Carta Geotécnica

32 As novas mudanças no saneamento básico municipal

33 Movimento de mulheres municipalistas

34 Espaço Mulheres em Destaque

35 Municípios Aniversariantes

Maio-Junho

42 Dia-a-dia

Como nos velhos filmes



A vida que segue

Há quatro meses estamos isolados em nossas casas, com a economia desarrumada, o desemprego em números alarmantes, o comércio e serviços com as portas fechadas, e o COVID-19 presente, infectando, matando e assustando os que se previnem e tomam todos os cuidados para não passarem por sua experiência.

Essa é a realidade presente em todo o mundo, para os cidadãos comuns, e a exceção são as pessoas que trabalham em serviços essenciais do serviço de saúde, segurança, zeladoria, atendentes e geral. Esses são os abnegados que se expõem diariamente para manter vivos os atendimentos, e que serão sempre lembrados e reconhecidos.

Pesquisas a que temos tido acesso, indicam o forte reconhecimento da população quanto ao trabalho e iniciativas dos agentes públicos municipais (Prefeitos, Vice-Prefeitos e suas equipes), com forte aprovação de suas ações em seus municípios.

A população em geral tem, por mais dolorosos que seja, concordado com as determinações do Governador Dória e seguidas pelos Prefeitos, em acatar os ditames da ciência e optar pela preservação da vida das pessoas e após passado o perigo, estabelecer um grande plano, ou projeto, de recuperação econômica do Estado.

Vamos continuar confiando em

nosso Governador e nossos Prefeitos.

No campo institucional, lamentamos a decisão do Congresso Nacional em adiar por 40 dias as eleições municipais. Estivemos sempre alinhados com a CNM – Confederação Nacional de Municípios, que argumentou sempre que não haverá segurança sanitária para sua realização. Consideramos, no mínimo, imprudente sua realização, pois é impossível prever as consequências.

Com um adiamento mais longo pudesse ser evitado um mal imprevisível que, esperamos, não venha a se concretizar. Mas, como já está promulgado o novo calendário, vamos estar atentos às medidas preventivas que serão tomadas para se evitar o pior (Leia o artigo sobre as eleições na Rússia).

Sabemos o quanto será desgastante para os Gestores Municipais continuarem o enfrentamento da pandemia que, diga-se de passagem, está longe do fim, estudarem processos de recuperação das economias locais e concomitante, exercerem atividade política e enfrentar e liderar o processo eleitoral. Vê-se que este será um capítulo único em nossa história e, no futuro, será contado em livros e filmes.

Como não fomos considerados, ouvidos e atendidos como entidade representativa dos municípios paulistas, resta-nos

Otto von Bismarck, o Chanceler de ferro classificava os povos em três grupos:

“ Aqueles que aprendem da experiência alheia, são os INTELIGENTES;

Aqueles que aprendem da própria experiência, são os MEDÍOCRES;

Aqueles que não aprendem, são os IDIOTAS. ”



Carlos Cruz
Presidente da APM

a adaptação às regras e enfrentar mais esse desafio. Nós da APM somos solidários com todos, atentos aos movimentos políticos, certos que somos maiores que a crise, e quando chegar a hora, saberemos retribuir àqueles que desprezaram nossas razões em nome de interesses menores e irrelevantes ante a gravidade do momento e ao risco que nos submetem.

Para a história, não há novidade no presente, que a repete.

A grande reportagem desta edição é a promulgação do Marco Legal do Saneamento, a nova legislação que promete levar água tratada e coleta de esgoto para mais de 100 milhões de brasileiros que vivem em situação precária, expostos a dezenas de doenças, vivem em condições sub-humanas, convivem com a miséria e têm como futuro um caminho incerto.

O Marco Legal foi sancionado

com vetos, muitos deles inesperados, porque haviam sido descartados em acordos com legisladores do Senado e da Câmara dos Deputados. Trata-se, portanto, de temas que poderão vir à baila em breve, quando forem analisados, podendo ou não ser derrubados. É importante ressaltar o papel das entidades municipalistas, que atuaram fortemente para mostrar o impacto que terão.

Nosso 2º Vice-presidente da APM, deputado Geninho Zuliani, desempenhou um papel de fundamental importância no processo, pois como relator coube a ele discutir cada detalhe e elaborar um substitutivo que, ao final, foi a peça deliberada e votada.

Há muito ainda a se percorrer nos caminhos desta meta que demorará 13 anos para ser atingida, segundo a expectativa oficial do governo.

Esperamos que sejam realistas e factíveis as previsões, porque não há nada pior do que criar um sonho e fazê-lo ruir como um castelo de areia. Até porque envolve também outras questões essenciais para os municípios e introduz a permissão para a iniciativa privada investir no setor de saneamento.

Ouvimos especialistas e envolvidos no assunto.

Esperamos ter respondido às principais dúvidas.

Vamos olhar para frente na esperança de mudar, pois assim é o processo evolutivo. É A VIDA QUE SEGUE.

Boa Leitura.

REVISTA MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO

MAIO/JUNHO
2020

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Flávio Lamas

DESIGN GRÁFICO

Ana Paula P. de Moraes
Daniele Constantino

IMPRESSÃO

Lince Gráfica e Editora
www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e
números atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



Por Marcelo Barbieri

Já chegamos à metade do ano, de um ano complicado por causa da pandemia do coronavírus, mas nem por isso as atividades dos serviços municipais sofreu paralisações. Nos últimos dias mantive contato com prefeitos e gestores públicos para sentir como andam as coisas nas cidades e percebemos a grande preocupação em ter o máximo possível de obras e soluções para problemas urbanos e rurais. Agora, além do enfrentamento da Covid-19, temos pela frente também o clima eleitoral para escolha de novos prefeitos e legisladores. O Congresso estuda adiamento, mas dentro de 2020, que se mostra realmente um ano totalmente atípico e fora da normalidade.

Araraquara

Drive-thru Solidário

O município de Araraquara neste mês de junho realizou mais uma ação de solidariedade, com a arrecadação de livros. A atividade tem o objetivo de apoiar o projeto “Palavras que voam”, idealizado pela empresária e designer de moda Naly Cabral. O projeto já arrecadou cerca de mil livros, que já começaram a ser entregues. O objetivo do drive-thru é ampliar esse número e levar literatura para mais famílias da cidade.

Potirendaba

Academia da Saúde

O prefeito Flávio Daniel Alves anunciou a liberação da construção da Academia da Saúde, na cidade de Potirendaba. Serão constituídos com cinco ambientes internos: sala de vivência, sala de acolhimento, depósito, sanitários e área de circulação. Na parte externa teremos um espaço multiuso, área livre para jogos esportivos, área de equipamentos para exercícios diversos. A Academia da Saúde será aberta para pessoas de todas as idades e contará com um profissional para orientar a prática dos exercícios.

Bernardino de Campos

Frota Agro

O município de Bernardino de Campos contará com mais um grande reforço para a agricultura do Município, trata-se da chegada de um novo trator, que será entregue pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. O Município trabalha na formalização de convênios de cessão de uso de bens referente ao programa “Frota Agro - Cidadania no Campo – Patrulha Agrícola”, em favor do agricultor local e regional, especialmente o familiar, pequeno e médio produtor rural.

Jaú

Horta Municipal

A Prefeitura de Jaú realiza duas vezes por semana uma ação muito importante: a Horta Municipal. O intuito é vender produtos orgânicos pelo valor de R\$ 1,50. O projeto foi idealizado para beneficiar as famílias de baixa renda. De acordo com a Secretaria de Agricultura da cidade, há muita procura pelos alimentos, que são frescos e sem agrotóxicos, não apenas por parte dos Jauenses, mas de consumidores de toda região vizinha.

Campos do Jordão

Entrega de Ambulâncias

A Prefeitura de Campos do Jordão entregou novas ambulâncias para o transporte de urgência e emergência e de passageiros, na Secretaria Municipal de Saúde. O objetivo é substituir todas as ambulâncias, por outras novas renovando assim toda a frota. O prefeito Fred Guidoni destacou que a rede de saúde municipal está sendo reestruturada, desde 2013, com investimentos em todas as áreas do serviço.

Águas da Prata

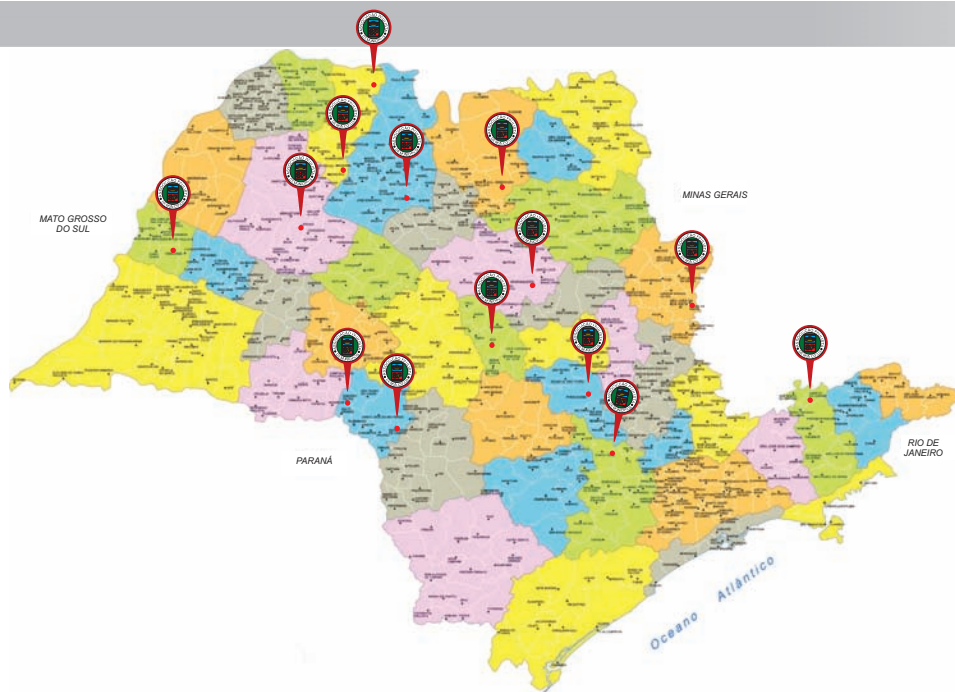
Cadastur

A Secretaria Municipal de Turismo de Águas da Prata alerta os profissionais que prestam serviços na área de Turismo na cidade para que se cadastrem no Ministério do Turismo. O Governo Federal determina que as empresas prestadoras de serviços na área se cadastrem em uma plataforma oficial. O Cadastur é uma formalização das empresas que estão devidamente estabelecidas na cidade e que operam na área de turismo. Os não cadastrados estão sujeitos as penalidades previstas em lei.

Dracena

Mãos à Obra

A Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Limpeza Pública de Dracena dispõe do Programa “Mãos à Obra”, que possibilita que pessoas da comunidade ou empresas adotem espaços públicos. Praças, canteiros de avenidas, áreas verdes públicas, reservas naturais, áreas de lazer, entre outros, podem ser adotados por pessoas da sociedade civil que desejam firmar parceria junto ao poder público na preservação e manutenção desses locais, contribuindo com a conservação e limpeza destes espaços.



Bebedouro

Campanha do Agasalho

A Prefeitura de Bebedouro, por meio do Fundo Social de Solidariedade, deu início a Campanha do Agasalho 2020, arrecadando cobertores que aquecerão o inverno de muitos. Nesse ano o sistema delivery dá a opção de o Fundo Social buscar sua doação em casa. Os interessados podem colaborar realizando compras de forma online, ou através do comércio local, movimentando a economia da cidade. Ou entrar em contato com o setor para que os produtos sejam recolhidos e entregues a quem necessita.

Macaubal

Poço Artesiano

O Prefeito Wanderlei Melhado, do município de Macaubal, está realizando a interligação de mais um poço semi artesiano e a perfuração de mais um poço profundo para somar aos demais. Tentando assim resolver um problema que assola a população Macabalense a mais de trinta anos, com isso deveremos sanar o problema da falta de água nos pontos mais críticos do município.

Porto Feliz

Central de Segurança

Neste mês de junho, o secretário de Segurança Pública e Trânsito de Boituva, Fábio Augusto Casemiro da Rocha esteve em Porto Feliz para conhecer a Central de Segurança Integrada do município. A Central é referência na região e conta com sistema de monitoramento, com mais de 150 câmeras de segurança instaladas pela cidade. Com isso, os atendimentos das ocorrências no município são monitorados por GPS e exibidos no Videowall em tempo real, trazendo mais segurança para as equipes que estiverem atuando.

Piracicaba

Obras Autorizadas

Nos próximos dias começam as obras no Complexo Aquático Municipal de Piracicaba. A piscina atual será reconstruída, além da construção de uma nova piscina semiolímpica e de uma outra para as aulas de hidroginástica dos grupos da 3ª idade. Serão trocados todos os filtros, tubulações e bombas, além de preparo para instalação do sistema de aquecimento da água.

Riolândia

Kits odontológicos

A Prefeitura de Riolândia começou a distribuir kits infantis de higiene bucal destinados às crianças do Programa Criança Feliz, em parceria com diversas empresas. O programa tem como objetivos integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as crianças na primeira infância e suas famílias. Foram doados 800 kits compostos por: Escova dental, pasta de dente, mini sabonete e folder com orientações sobre higiene bucal a todas as crianças atendidas.

Ribeirão do Sul

Recape Asfáltico

A Prefeitura de Ribeirão do Sul iniciou mais uma etapa de recape asfáltico. Nesta primeira fase serão recapadas as ruas 26 de Abril e Eduardo Martins Romeira. A obra é importante para melhorar a locomoção das pessoas na cidade, dando mais segurança e qualidade de mobilidade para pedestres, ciclistas, motociclistas e condutores de veículos automotor. A prefeitura tem trabalhando duro para que Ribeirão do Sul cresça e seja cada vez melhor.

Birigui

Limpeza no Biriguzinho

A Prefeitura de Birigui está realizando a limpeza da calha do córrego Biriguzinho. A limpeza está sendo feita pela equipe da Secretaria de Serviços Públicos. Segundo o secretário, Rafael Polizel, o trabalho é feito antes do período de chuvas, minimizando as chances de enchentes. “Isso irá melhorar o escoamento da água da chuva. A meta é evitar enchentes e preservar o córrego”, explicou o secretário.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br



Marco Legal do Saneamento promete mudar a vida de mais de 100 milhões



amento a de de pessoas

A partir do dia 16 de julho, o Brasil tem 13 anos para cumprir a meta social mais arrojada do setor público das últimas décadas: garantir 99% de água tratada e 90% de rede de esgoto para toda a população brasileira. A proposta é ambiciosa porque 35 milhões de pessoas não têm acesso a água limpa e mais de 100 milhões não contam com esgoto. Atingir o objetivo, entretanto, não é fácil, pois envolve os três entes da federação – União, Estados e Municípios. E esbarram em uma série de problemas que precisam ser enfrentados e resolvidos.

Tudo isso faz parte da Lei 14.026, o novo Marco Legal do Saneamento, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro dia 15 de julho com 12 vetos, muitos deles de surpresa, já que não faziam parte dos acordos com parlamentares. Os vetos ainda serão analisados e votados pelo Congresso, principalmente porque ela atualiza o marco legal do saneamento básico e promove mudanças que impactam diretamente a gestão municipal.

“É preciso enfrentar esta situação dramática, que acaba impactando a saúde, o meio ambiente e o progresso das comunidades”, ressalta o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Carlos Cruz. “Os Estados do Sudeste estão numa situação muito superior às demais regiões do país, mas qualquer índice abaixo dos 100% é entristecedor. Primeiro temos de enfrentar o desafio da proposta de 90% de rede de esgoto e 99% de água. Depois, cumprir o restante para, aí sim, comemorarmos de verdade”, completa.

As mudanças são grandes e enfrentaram vários impasses dentro do Congresso. Dentre as principais alterações, a nova lei atribui à Agência Nacional de Águas (ANA) a competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, bem como altera a Lei 11.107/2005 para vedar a prestação dos serviços públicos por contrato de programa.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) destaca que a normativa atende parcialmente a antigo pleito municipalista, de prorrogação dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos por meio da instalação de aterros sanitários.

Quando o Projeto de Lei 4162/2019 foi aprovado no Senado, a entidade detalhou os novos prazos e as principais mudanças relativas aos contratos de programa e à titularidade por regionalização. Porém, com os vetos do presidente Jair Bolsonaro, houve alterações importantes. Em análise preliminar, a Confederação identificou riscos à autonomia municipal e à capacidade dos gestores locais de elaborar e implementarem políticas públicas de saneamento.

A entidade informa que atuará forte no Congresso para derrubar os vetos e manter a redação aprovada no Congresso, especialmente:

- Veto ao dispositivo que facultava adesão dos Municípios à prestação regionalizada do serviço de saneamento. Ainda que aqueles que optarem por não compor o bloco ou unidade regional não terão prioridade no recebimento de investimento da União, a CNM defende a autonomia do Ente municipal e que os gestores locais não percam a titularidade do saneamento básico de forma compulsória;

- Veto ao dispositivo que previa

Por Flávio Lamas



ações de apoio técnico e financeiro aos Municípios pela União e Estados para a eliminação de lixões e implantação de aterros sanitários. Caso esse veto permaneça, as novas datas previstas na lei correm o risco de não serem cumpridas, uma vez que o veto irá perpetuar a situação em que os Municípios se encontram atualmente, sem uma solução viável e com necessidade de apoio técnico e financeiro da União e Estados;

- Veto ao artigo 16, o qual impede a possibilidade de prorrogação dos contratos atuais e determina a licitação a partir da data de publicação da lei. Para a CNM, é extremamente necessário um período de transição que viabilize a amortização dos investimentos necessários à universalização dos serviços de saneamento. O texto aprovado pelos deputados e senadores autorizava, até 2022, os Municípios renovarem por até 30 anos os contratos com as companhias de saneamento em vigor.

O relator na Câmara do projeto de lei que deu origem ao novo marco do saneamento básico (Lei 14.026/20), deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), disse que nunca foi favorável ao artigo que permitia a prorrogação dos atuais contratos do setor, vetado pelo presidente Jair Bolsonaro, mas avalia que o governo errou ao retirar esse trecho da norma.

Zuliani, 2º vice-presidente da Associação Paulista de Municípios, acredita que há chance real de derrubada do veto porque o dispositivo foi fruto de um amplo acordo. “Eu penso como o governo pensa. Em um primeiro momento, não tinha esse artigo. Mas o que nós temos que levar em consideração é que houve um acordo. E o acordo, tanto na Câmara quanto no Senado,



foi para que esses prazos fossem dilatados, houvesse esse tempo de transição.”

A nova lei aposta na iniciativa privada para universalizar o acesso à água e esgoto até 2033. Mas o artigo 16 dava prazo até março de 2022 para que os atuais contratos firmados com empresas públicas pudessem ser prorrogados por até 30 anos. Isso porque muitos governadores e prefeitos são contrários ao repasse para o setor privado.

Acertando os detalhes técnicos

e a viabilidade operacional, a nova lei contribuirá para a revitalização de bacias hidrográficas, a conservação do meio ambiente e a redução de perdas de água, além de proporcionar mais qualidade de vida e saúde à população. Os ambientalistas lembram, por exemplo, que o enfrentamento da falta de saneamento significará a eliminação das redes de esgoto que hoje poluem córregos, riachos e rios, contaminando as fontes de água potável. “É preciso separar em duas etapas.



Geninho Zuliani, deputado e 2º vice-presidente da APM



Rogério Menezes, ex-presidente da Anamma Brasil

Os investimentos em áreas regulares é o primeiro passo, mas é preciso avançar nos processos de regularização fundiária para que o saneamento chegue também nas áreas não regulares de nossas cidades,

como os locais de invasões”, ressaltou Rogério Menezes, ex-presidente da Anamma Brasil, entidade que reúne todos os secretários e gestores de meio ambiente do país. Menezes, que foi secretário municipal de Verde e Desenvolvimento Sustentável de Campinas durante os últimos 7,5 anos, período em que coordenou a elaboração do plano municipal de saneamento de Campinas, em 2013 e colocou em prática políticas inovadoras como a do pagamento por serviços ambientais e saneamento rural, com fossas biodigestoras para pequenos proprietários rurais, teme que as metas globais não sejam atingidas em pouco mais de uma década. “Esta lei como está colocada não garante que vão avançar em áreas que precisam de regularização. É bom destacar isso para não parecer que todos os nossos

problemas estarão resolvidos com o novo marco. Mesmo que os investimentos aconteçam, seguirá o desafio das áreas não regulares”, diz ele, ao completar: “De qualquer forma, a ampliação dos investimentos públicos e privados em saneamento sem dúvida será uma boa notícia, havendo a necessidade que as concessões privadas sejam acompanhadas de perto pelas agências reguladoras”.

O novo Marco do Saneamento implicará em obras em todo o país, o que significa aquecer a economia e gerar empregos, além dos resultados-consequência. A expectativa é que a universalização dos serviços de água e esgoto reduza em até R\$ 1,45 bilhão os custos anuais com saúde, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Além disso, a cada R\$ 1 investido em saneamento, deverá ser gerada

“Regras claras para gestores e investidores”

“O Marco do Saneamento tem a importância de estabelecer regras claras tanto para os gestores públicos quanto para os investidores”. A avaliação é do presidente da Rede Nacional de Consórcios Públicos, Victor Borges, que participou do processo de discussão de propostas de aperfeiçoamento da nova legislação, na fase de audiências com autoridades, como no Ministério de Desenvolvimento Regional. Victor Borges sentou-se ao lado das entidades municipalistas, apresentando o posicionamento de sua entidade. “Os municípios, principalmente os menores em termos populacionais, terão que avaliar muito fortemente a possibilidade de se unirem. O Marco do Saneamento trata dos blocos, dos Consórcios



Victor Borges, presidente da Rede Nacional de Consórcios Públicos

Públicos para buscar de forma conjunta solução para saneamento regional. Nesse sentido, a Rede

Nacional de Consórcios Públicos está propondo em todo Brasil um Plano de Capacitação aos Consórcios para ajudarem os municípios”, ressaltou ele.

Victor Borges lembra que “conversamos bastante com o deputado Geninho Zuiliani, que também preside a Frente Parlamentar dos Consórcios Públicos. O diálogo foi no sentido de estimular a cooperação entre as cidades contemplada no Marco do Saneamento. Creemos que através dos Consórcios Públicos possamos auxiliar os municípios. Cada parte do país tem sua característica, mas acreditamos que o uso do consórcio será ainda mais difundido. Preparemo-nos para os desafios e para as oportunidades”.



economia de R\$ 4 com a prevenção de doenças causadas pela falta do serviço, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A sanção do novo marco regulatório representa, ainda, avanço para a agenda ambiental urbana do País. Uma das questões apontadas é o prazo para o fim dos lixões, determinado para 2024 para os municípios que fizeram os planos municipais de resíduos, e 31 de dezembro deste ano para aqueles que não fizeram.

Contratos de Concessão

A nova lei extingue os chamados contratos de programa, firmados, sem licitação, entre municípios e empresas estaduais de saneamento. Esses acordos, atualmente, são firmados com regras de prestação de tarifação, mas sem concorrência. Com o novo marco legal, abre-se espaço para os contratos de concessão e torna-se obrigatória a abertura de licitação, podendo, então, concorrer empresas prestadoras de serviço públicos e privados.

Os contratos de programa que já estão em vigor serão mantidos.

No entanto, os contratos que não possuírem metas de universalização e prazos terão até 31 de março de 2022 para viabilizar essa inclusão. Se isso ocorrer, esses contratos poderão ser prorrogados por 30 anos.

Blocos de Municípios

Outra mudança prevista na lei se refere ao atendimento a pequenos municípios, com poucos recursos e sem cobertura de saneamento. Pelo modelo anterior, as grandes cidades atendidas por uma mesma empresa estatal ajudavam a financiar a expansão do serviço nos municípios menores. A nova lei determina que os Estados, no intuito de atender aos pequenos municípios, componham em até 180 dias grupos ou blocos de municípios que poderão contratar os serviços de forma coletiva. Municípios de um mesmo bloco não precisam ser vizinhos. Esses blocos deverão implementar planos municipais e regionais de saneamento básico; e a União poderá oferecer apoio técnico e financeiro para a execução dessa tarefa.

Comitê Interministerial

Será criado o Comitê Interministerial de Saneamento Básico para melhorar a articulação institucional entre os órgãos federais que atuam no setor. Esse comitê será presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

A Agência Nacional de Águas, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, passa a partir de agora a ser agência reguladora do setor, para resolver impasses, como a questão das indenizações; definir e organizar as normas para a prestação dos serviços de saneamento básico no Brasil; e também fazer o controle da perda de água.

A nova legislação traz ainda uma série de mudanças estruturais, como determina que os contratos deverão conter cláusulas essenciais, como não interrupção dos serviços, redução de perdas na distribuição de água tratada; qualidade na prestação dos serviços; melhoria nos processos de tratamento e reuso e aproveitamento de águas de chuva.



Édison Carlos,
presidente executivo
do Instituto Trata Brasil

“Todos os objetivos de desenvolvimento sustentável são conectados ao saneamento”

Com informações da Agência Senado

O presidente executivo do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos, defendeu em debate no Senado Federal, que todos os objetivos de desenvolvimento sustentável são conectados ao saneamento. O instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que atua no Brasil desde 2007, formado por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país.

Segundo Édison, 35 milhões de brasileiros ainda não têm água tratada, o que equivale à população inteira do Canadá. “O Brasil exporta tecnologia agrícola e não consegue ainda entregar esgoto tratado”, lamentou.

Segundo o “esgotômetro”, medidor de esgoto despejado na natureza, disponível no site do Trata Brasil, mais de 1,5 milhão de piscinas olímpicas de esgoto foram lançadas ao meio ambiente no Brasil desde 1º de janeiro de 2019. “Hoje estamos falando de incêndio nas florestas, de agrotóxicos, de vários impactos ambientais. Não há nenhum impacto ambiental hoje

maior do que o lançamento de esgoto. E é um assunto que a gente ainda não consegue dar velocidade necessária para solucionar”, disse.

Édison Carlos ressaltou ainda que a falta de saneamento básico impacta mais as mulheres, que geralmente são as que mais perdem dias de lazer, de aula e de trabalho pelo fato de terem que se deslocar para buscar água potável e cuidar dos doentes da família. A falta de coleta de esgoto também atinge 59% das escolas do ensino fundamental no Brasil, segundo ele, que questionou: “Como vamos construir um país realmente desenvolvido numa situação dessa?”

A falta de saneamento básico implica o aumento de doenças na população. Segundo Édison, há

mais de 300 mil internações por ano no Brasil causadas por diarreias graves. Além das doenças, há ineficiência da entrega de água. O presidente do Trata Brasil informou que, em 2017, o Brasil teve prejuízo de R\$ 11 bilhões, o que daria para ter abastecido 30% da população. “Essa ineficiência brasileira na distribuição de água é fatal para que a gente não consiga avançar nos serviços de saneamento. São vazamentos, gatos, roubos, fraudes de hidrômetros, hidrômetros que não medem nada”, citou.

Por fim, ele apresentou um estudo da Fundação Getúlio Vargas, entregue ao ex-presidente Michel Temer e ao presidente Jair Bolsonaro, mostrando que o Brasil ganharia R\$ 1,1 trilhão nos próximos 20 anos se universalizasse o saneamento básico, a um custo de R\$ 470 bilhões. “Não há maior e melhor investimento que esse país possa fazer do que a universalização do saneamento básico. É a infraestrutura que mais traz benefícios a um ser humano. É a infraestrutura mais relevante que um país pode ter”, afirmou.

Édison Carlos lembrou que, na década de 1970, houve um intenso movimento para obras de saneamento básico, mas que se priorizou a entrega da água potável. A coleta e o tratamento de esgoto ficaram para outro momento. Sobre a privatização do setor, o presidente do Instituto Trata Brasil disse que apoia a parceria entre empresas públicas e privadas, pois empresas públicas também prestam bons serviços. Segundo Édison, das 20 melhores cidades com saneamento básico, 14 são operadas por empresas públicas, e seis, por empresas privadas. Para ele, o que precisa funcionar é a fiscalização e a regulação do setor.

Percentual atendido por coleta de esgoto por região

Norte 10,24%

Nordeste 26,87%

Sudeste 78,54%

Sul 43,93%

Centro-Oeste 53,88%



Presidente da APM participa na Rússia como observador

Por Carlos Cruz

Recentemente, o Parlamento Russo aprovou 14 emendas em sua Constituição, e para dar legitimidade maior às alterações, o Governo viu por bem submetê-las a um Referendo Popular através de Plebiscito para aprova-las ou não.

Em tempos de pandemia do Coronavírus, para sua execução com segurança dos cidadãos, uma logística completa foi montada partindo-se da premissa da não obrigatoriedade do voto e que, para maior legitimidade, assegurasse uma grande presença dos cidadãos nas urnas.

Preocupados com a sua trans-

parência e repercussão internacional, o Governo Russo entendeu de convidar 70 experientes observadores internacionais de 26 países, nos dias das eleições russas.

Do Brasil, em razão de nossa participação no Fórum dos Municípios BRICS, em São Petersburgo em setembro último, eu, Car-



Julianelli Afonso.

Dito isso, relato abaixo minhas observações sobre todo o Processo Eleitoral, onde enumero os pontos principais e altamente positivos e inovadores que podem servir de exemplo para as nossas eleições que se aproximam.

Destaco três aspectos observados, respeitados e prevalentes, que respondem pelo êxito da estratégia adotada, a saber:

1) Esforço para que todo cidadão tivesse a possibilidade de votar, mesmo não sendo obrigado: Considerando o perigo de contaminação o maior desafio, o período de votação foi estendido para sete dias, o que provocou dispersão e evitou aglomeração.

Além do voto presencial nos colégios eleitorais, o eleitor pode votar eletronicamente (no local, ou à distância, recebendo uma senha específica) e também, a pedido (idosos e pessoas com deficiência), o eleitor teve recolhido seu voto em seu domicílio,

do Plebiscito internacional

los Cruz, Presidente da APM foi convidado, juntamente com o Secretário para o América Latina do IMBRICS, Henrique Domingues, e o Secretário Especial de Governo e Gestão Estratégica do Estado do Mato Grosso do Sul e Secretário Executivo do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, Jader

Presidente Carlos Cruz expõe suas observações sobre o processo eleitoral



em mini-urnas lacradas e fiscalizadas pelos observadores representantes de 1.600 organizações públicas e 18 partidos políticos.

2) Voto Digital á

Distância: Sem dúvida uma inovação na prática do voto, até então apenas presencial, foi implantado tecnologia que permitiu o cidadão votar pelo computador, recebendo, a pedido e por inscrição, uma senha protegida que lhe possibilitou votar de qualquer lugar.

3) Cuidados Sanitários que garantiram ao máximo a segurança e a vida do

eleitor: Nos locais de votação, ao entrar no colégio, o eleitor tinha sua temperatura medida (um a um), oferecido máscaras, luvas e álcool em gel, e no chão pisava em um tapete fixo para desinfetar as solas dos sapatos.

Nas salas de votação, em todas, aparelhos de desinfetar o ar (Ozônio).

Todos de máscaras e luvas, e quando o eleitor estava diante do mesário, apenas mostrava seu passaporte (documentos únicos na Rússia, um para viagens e outro para o resto) e, sem contato manual, recebia a cédula (voto único, sim ou não, para todas as emendas), uma caneta sem uso que, após o voto leva-a embora. Deposita o voto e sai por saída diferente da entrada.



Comitiva brasileira: Henrique Domingues, Carlos Cruz e Jader Julianelli Afonso

O resultado do Plebiscito Russo foi amplamente favorável, tanto no alto percentual de votos, 68% dos eleitores votaram (mesmo não obrigatório) e as emendas aprovadas por 78% SIM contra 22% NÃO.

De nossa parte, foi uma rica experiência vivida e cujos métodos, estratégias e logística, se impostas nas próximas eleições municipais, poderão evitar resultados indesejados e imprevisíveis.

De resto, nossos agradecimentos ao Governo Russo pelo convite, que muito nos honrou e cuja recepção, hospedagem e atenção foram absolutamente impecáveis.



Assembleia Legislativa apresenta moção de aplauso a Carlos Cruz

O líder do PTB na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Campos Machado, apresentou Moção de Votos de Aplauso ao presidente da Associação Paulista de Municípios, Carlos Cruz, por ter sido escolhido como observador internacional, representando os municípios brasileiros, no processo plebiscitário constitucional da Rússia, no mês de abril.

“Foi uma alegria muito grande saber que o Cruz tinha sido escolhido como representante do nosso país em um processo eleitoral da magnitude deste da Rússia e por isso pensei nesta homenagem, na verdade um reconhecimento ao trabalho que ele tem feito pelo municipalismo”, ressaltou o deputado.

Campos Machado faz questão de lembrar as lutas para melhorar as condições dos municípios paulistas. “Estamos sempre juntos, o Cruz como presidente da APM e nós como legisladores num partido que tem estreita ligação com o municipalismo, o PTB. Caminhamos lado a lado”, disse.

Na moção, cuja íntegra está ao lado, nesta página, o deputado Campos Machado resalta que Cruz foi escolhido como observador internacional “não só por suas credenciais no campo político-municipalista, mas porque participou, em setembro de 2019, do Fórum dos Municípios BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em São Petersburgo, na Rússia, representando o Brasil”.



Após 35 anos sem qualquer alteração em sua Constituição Federal, o Parlamento Russo, através de sua Câmara Baixa, historicamente conhecida como DUMA, composta por 450 Deputados, aprovou por unanimidade uma extensa reforma composta por 14 Emendas Constitucionais, as quais foram submetidas a plebiscito popular, iniciado em 22 de abril passado.

Ante o ineditismo da medida, e pela sua enorme importância para a população e para o País, assim como para os analistas políticos do mundo todo, o Governo da Rússia convidou oficialmente 70 observadores internacionais, de 30 diferentes países, objetivando atestar a lisura e a legitimidade do processo plebiscitário, os quais foram credenciados para ter total liberdade para questionamentos, dirigidos a quem quer que seja, e o livre trânsito em todas as dependências dos Colégios Eleitorais. O sufrágio durou sete dias, excepcionalmente objetivando evitar as aglomerações e o cumprimento dos protocolos de saúde em razão da pandemia do coronavírus.

Ao final, os observadores internacionais ficaram à disposição da grande imprensa internacional, que cobria o evento, para coletar suas impressões, análises e pareceres sobre todo o processo de consulta popular, notadamente a confirmação de que tudo foi feito democraticamente e com transparência.

Vale ressaltar que, mesmo não sendo obrigatório o comparecimento dos cidadãos às urnas, 68% dos votantes confirmaram presença nos colégios eleitorais, aquiescendo às reformas propostas, 78% de votos, e, contrários à proposta, 22%.

Registramos aqui todo este histórico dos acontecimentos havidos na Rússia, em abril deste ano, não só pela magnitude da decisão tomada pela Assembleia Federal, que é o mais alto órgão legislativo da Federação Russa, mas pelo cunho democrático e popular da medida, assim como, e especialmente, pelo fato de que, entre os observadores internacionais lá presentes, encontrava-se o ilustre Presidente da Associação Paulista de Municípios – APM, o Doutor CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO, o qual também foi Vereador e Vice-Prefeito de Campinas, entre outras autoridades.

Motivo de imensa alegria para todos os paulistas, e em nome de todos os municípios do Estado, o Dr. CARLOS CRUZ foi escolhido como observador internacional, não só por suas credenciais no campo político-municipalista, mas porque participou, em setembro de 2019, do Fórum dos Municípios dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), na cidade de São Petersburgo, na Rússia, representando o Brasil.

Nesse sentido, esta Casa de Leis não poderia deixar de registrar, em seus anais, votos de aplauso a esse digno representante brasileiro e paulista, na reforma constitucional russa, e, para mim, de grande orgulho por tê-lo como um verdadeiro amigo e irmão de fé.

Isto posto, formulamos a seguinte **MOÇÃO**:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos regimentais, formula VOTOS DE APLAUSO ao Eminentíssimo Presidente da Associação Paulista de Municípios – APM, Dr. CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO, pela escolha de seu nome e por sua participação como observador internacional no processo plebiscitário da reforma constitucional da Rússia.

Sala das Sessões


DEPUTADO CAMPOS MACHADO



Fórum IMBRICS se une à USP no combate à Covid-19 no Brasil

Para enfrentar os efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil, pesquisadores e especialistas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) se somaram ao Fórum IMBRICS e à Associação Paulista de Municípios (APM) em cooperação técnica internacional para elaboração de propostas e políticas públicas a serem adotadas por municípios a médio e longo prazo na retomada do desenvolvimento e preservação de vidas.

Em todo Brasil, diversas universidades têm se somado às esferas governamentais na construção de políticas de contenção da covid-19. Em São Paulo, pesquisadores de Gestão de Políticas Públicas (EACH-USP) articularam uma cooperação técnica internacional por meio do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas “Professor Doutor José Renato de Campos Araújo” (OIPP), do Fórum IMBRICS e da Associação Paulista de Municípios (APM) pela elaboração de um Policy Paper de Apoio aos Municípios, com alternativas e orientações que possam ser adotadas por municípios a médio e longo prazo, visando reduzir os impactos da crise multidimensional enfrentada.

Valorizando as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) pela preservação de vidas e, ao mesmo tempo, tendo preocupação com a retomada econômica dos municípios em um cenário pós-

pandemia, o grupo está mapeando ações do poder público no enfrentamento à crise para compor o acervo de informações do projeto. Enquanto isso, prefeitos dos 645 municípios paulistas contam com questionário elaborado pelo grupo para identificação de demandas e necessidades nas mais diversas realidades.



Cooperação Técnica Internacional

A iniciativa surge como uma oportunidade de envolver estudantes pesquisadores de Gestão de Políticas Públicas já engajados nas pautas dos municípios; professores especialistas da EACH/USP nos diversos eixos da gestão pública e Gestores egressos da Universidade. Ainda, a relação da Associação e do Fórum IMBRICS com os municípios paulistas potencializa a visibilidade da produção ao disponibilizar estrategicamente o material elaborado diretamente para as prefeituras, contribuindo com as decisões governamentais a serem executa-

das em diversos eixos.

A cooperação técnica é coordenada e articulada pelos pesquisadores Ergon Cugler de Moraes Silva e Pamela Quevedo Joia Duarte da Costa, pelo professor Dr. José Carlos Vaz, pelo Executivo do Fórum IMBRICS Henrique Domingues e pelo Gestor de Políticas Públicas da USP, Vinicius

Felix da Silva. São pesquisadores da cooperação técnica: Guilherme Silva Lamana Camargo, Letícia Figueiredo Collado, Felipe José Miguel Garcia e Viviani Oliveira Fernandes pelo Observatório (OIPP) e Patrícia Vieira Ferreira, Gestora de Políticas Públicas da USP. Há ainda colaboração técnica de professores especialistas por meio do OIPP:

Aginaldo Valentin, Alexandre Ribeiro Leichsenring, Ana Paula Fleury de Macedo Soares, André Gal Mountian e Ursula Dias Peres e de prefeitos vinculados à Associação Paulista de Municípios através do presidente Dr. Carlos Cruz, estabelecendo relação com a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Os levantamentos e o material elaborado pelo grupo devem ser divulgados publicamente no início do segundo semestre de 2020. Para mais informações, é possível acompanhar a iniciativa através dos sites do Fórum IMBRICS, do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas e do Grupo de Estudos em Tecnologia e Inovações na Gestão Pública.

Solução de triagem rápida pode controlar disseminação da Covid-19

No Brasil, os números oficiais do Ministério da Saúde relacionados à Covid-19 ainda são preocupantes e as falhas de controle também. O país já passa dos dois milhões de casos confirmados e mais de 80 mil vidas perdidas. São Paulo é o Estado que detém os maiores registros da doença: mais de 400 mil infectados e pouco menos que 20 mil mortos. Os números se agravam à medida que as fases de reabertura em algumas cidades avançam. Na capital, por exemplo, a curva estava em desaceleração, mas sem medidas para o controle da propagação e tratamento precoce de doentes os casos voltaram a aumentar.

A identificação e o monitoramento das pessoas contaminadas têm sido apontados, por diversos especialistas do país e do mundo, como duas das ações mais assertivas no controle e combate à doença. A demanda por inovações que sejam ágeis cresce semanalmente, devido ao avanço dos casos. Por isso, o Grupo VMI, empresa brasileira com sede em Lagoa Santa/MG, resolveu aliar a expertise em aparelhos raios-X com inteligência artificial para auxiliar médicos com o diagnóstico da doença, em maior escala.

Recentemente, a empresa lançou o Apolo D Smartcheck, um raio-X de última geração, desenvolvido no Brasil, que auxilia na triagem rápida de pessoas contaminadas, reduzindo as chances de proliferação ou agravamento da doença. Com detector digital de alta resolução, sistema de controle de dose automático integrado e algoritmo de inteligência artificial, o equipamento identifica infecções pulmonares



com maior clareza, qualidade de imagem e especificidades. De posse dos dados clínicos e das informações sobre o acometimento pulmonar, o corpo médico consegue tomar uma decisão mais assertiva sobre o melhor manejo clínico de cada paciente.

A solução possui um sistema motorizado que permite o posicionamento do paciente por comando remoto, reduzindo o risco de contaminação cruzada. O Apolo D também é equipado com cabine blindada e sistema de desinfecção por luz germicida do tipo UV-C, eliminando o risco de contágio entre a realização dos exames de cada paciente. Esta assepsia dura até três minutos, ampliando a capacidade de atendimento. O aparelho ainda conta com um aplicativo opcional capaz de segmentar por grupo de risco e sintomas os indivíduos cadastrados, auxiliando os gestores de saúde na decisão de quem deve ser direcionado a tratamento específico ou somente acompanhamento remoto.

Muitas cidades passam por entraves para ampliar a infraestrutura hospitalar, decorrente da superlotação do sistema de saúde. O Grupo VMI também levou em consideração esse gargalo, principalmente sobre espaços limitados, projetando o aparelho para ser de fácil instalação e prático. Com estrutura modular, o Apolo D possui cabine compacta (3m x 3m) e baixo consumo de energia elétrica (220V, 20A), permitindo ser utilizado em hospitais de campanha, unidades básicas de saúde, UPA's e em cidades do interior.

A produção do Apolo D, já registrado na ANVISA, envolveu profissionais das áreas de engenharia, eletrônica, médica e de inteligência artificial para a produção do equipamento. No Brasil, a tecnologia já está sendo utilizada no Centro de Testagem e Rastreamento da Covid-19 (CENTRA) de Lagoa Santa (MG). O grupo já possui demanda para exportação do aparelho e também está em negociações com outras cidades do país.

Pandemia: ONG lança projeto emergencial de segurança

Um projeto pioneiro de segurança alimentar de baixo custo, em torno de R\$ 2,90/unidade, para o enfrentamento das consequências sociais da pandemia causada pelo Covid-19 foi desenvolvido pelo Instituto de Educação e Saúde José de Anchieta, de Sorocaba/SP, com o fornecimento gratuito para a população de uma sopa altamente nutritiva, em pontos de concentração de pessoas vulneráveis ou em vias de vulnerabilidade.

Trata-se do Projeto Nutrir, cuja base é uma sopa quente preparada na hora contendo nutrientes com potencial inclusive de melhorar a imunidade, a qual pode ser servida em qualquer horário do dia ou da noite, bastando um ponto de energia elétrica e um reservatório de água potável para a mistura dos componentes em uma máquina de processamento que tem certificado de conformidade.

A sopa possui vários sabores, frango com legumes, feijão carioca, frango com batata doce, mandioca com carne seca, entre outros, e precisa de apenas um operador para a máquina, que lembra aquelas dispensadoras de café capuccino. Um quilo do preparado fornece 40 pratos de 250 ml, resultando numa sopa cremosa, líquida, com opção de adição de pedaços de proteínas e legumes, embora ela já venha de fábrica com um poderoso mix vitamínico. O preparado não possui alergênicos e há opções para redução do teor de sódio, de conformidade com as exigências de cada região.

O preparado da sopa, um pó, dura 18 meses na embalagem e 30 dias



fora da embalagem, não necessitando de refrigeração para conservação, além de ser entregue em pacotes que facilitam o armazenamento, possibilitando estocagem. Além disso, evita perda de ingredientes e desperdício, sendo muito fácil de ser usada em operações de campo, dispensando a compra, seleção e processamento de ingredientes, um

fator que complica as ações em políticas públicas, demandando complexidade e muitos recursos humanos.

O Poder Público mais presente na crise

A proposta do projeto Nutrir do Instituto José de Anchieta é enfatizar a segurança alimentar com presença do poder público nas áreas de concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade ou em vias de vulnerabilidade, proporcionando uma resposta imediata às necessidades da população mais afetada pela pandemia.

O programa pode ser levado a qualquer área urbana ou da zona rural em unidades móveis, neste caso exigindo apenas um reservatório de água potável e uma tomada de energia 220 volts, que pode ser suprida mediante ligação da máquina em qualquer ponto existente. Ou até mesmo a um pequeno gerador de eletricidade. O próprio motorista da unidade móvel e uma merendeira dão conta do fornecimento do alimento.

Essa facilidade é proporcionada pelo uso da máquina dispensadora, que possui um sistema de autolavagem, sendo de fácil operação e abastecimento, possuindo padronização da temperatura e baixo risco de contaminação dos alimentos. O equipamento foi homologado para ser usado pelo exército americano em operações dentro e fora dos Estados Unidos da América.

É possível preparar e distribuir 600 porções de sopas por hora, em pratos ou copos descartáveis de isopor ou outro material, havendo opções para servir leite com cacau, café com leite e capuccino.

eto alimentar

Cooperação tecnológica

Com o advento da pandemia do Covid-19 a instituição voltou suas atenções para a segurança alimentar, desenvolvendo o Programa Nutrir mediante a celebração de um acordo de cooperação com transferência de tecnologia, com uma fabricante situada na Grande Vitória, no Espírito Santo, com uma linha de produtos que atende a todas as exigências legais e de certificação inclusive internacional, da Anvisa à FDA norte-americana.

Instituto Anchieta e o Projeto “Cidadão do Mundo”

O Instituto de Educação e Saúde José de Anchieta é uma entidade assistencial, de educação e saúde, que atua principalmente no desenvolvimento, implantação, gestão e operacionalização de novas tecnologias nas áreas social, educacional e de saúde. Fundado em 2017, funciona como uma organização social, sem fins lucrativos ou econômicos, onde seus dirigentes não são remunerados a qualquer título, trabalhando em regime de voluntariado e contando com equipes multidisciplinares de colaboradores de alto nível, com titulação acadêmica mínima de especialização e larga experiência profissional

Cidadão do Mundo

O foco inicial do Instituto José de Anchieta foi a gestão e operacionalização de estabelecimentos de saúde, passando para a gestão de estabelecimentos educacionais do ensino infantil e anos iniciais do fundamental em regime de cooperação com os poderes públicos, apostando na inovação tecnológica. O programa de gestão de unidades escolares, por exemplo, abrange até atividades de iniciação à robótica, através do emprego de jogos de montar e eletroeletrônicos, com

assistência psicológica e odontológica às crianças, com um projeto pedagógico inovador.

O Projeto “Cidadão do Mundo” foi concebido e desenvolvido como um projeto educacional de cidadania (curricular ou extracurricular), baseado na metodologia do “Design”, tendo como “pano de fundo” os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) do PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento), abrangendo inclusive o combate ao Covid-19. O conceito “Maker” e as ferramentas tecnológicas complementam o projeto. O objetivo principal é poder proporcionar aos alunos (do Infantil ao Ensino Médio) conhecimento sobre cada problema estudado, reconhecendo os problemas no entorno onde vivem, desenvolver projetos/propostas de soluções através do uso de tecnologia/inovação/ ferramentas (robótica) em atividades de design thinking e validar esses projetos socialmente/pedagogicamente.

Como levar as soluções (Nutrir e Cidadão do Mundo) para os municípios

O Instituto Anchieta é uma organização não governamental que funciona como pessoa jurídica de direito privado, devidamente registrada no Cartório de Registro das Pessoas

Jurídicas, mas cumpre todos os preceitos da legislação brasileira e somente atua mediante contratação baseada nas Leis 13.019 de 31 de julho de 2014 e alterações posteriores e, ainda no Decreto 8.726, de 27 de abril de 2016 e na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Como esclarece o diretor de Relações Institucionais do Instituto, dr. Benedito Marques Ballouk Filho, “a organização não tem finalidade comercial, não vende produtos, ela oferece projetos de soluções para os poderes públicos e os insumos, mas somente atua mediante contratação que obedeça a legislação brasileira, se sujeitando a todos os órgãos de controle.” Embora não tenha finalidades lucrativas e seus dirigentes não sejam remunerados, cada projeto tem seus custos de produção e manutenção.

A forma mais usual de contratação dos serviços da organização é o chamamento público, mas também atua mediante a celebração de outros instrumentos de vínculo jurídico público que são controlados pelos Tribunais de Contas. Quem cuida do relacionamento com os poderes públicos é o diretor Newton Januzzi Filho, que pode ser contatado pelos interessados pelos telefones 19. 98365.1047 e 19. 99791.1887 (whats app).



terracom[®] 50 Anos



Há meio século fazendo o melhor

Limpeza Urbana
Obras de Engenharia
Pavimentação
Gestão de Serviços Públicos
Concessões de Saneamento/Aeroportos





Eleições adiadas para novembro

Com informações da Agência Senado

Em sessão solene conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 107/2020, que determina o adiamento das Eleições Municipais deste ano em razão da pandemia provocada pelo Covid-19. Com a decisão, o primeiro turno será no dia 15 de novembro, e o segundo turno no dia 29 de novembro.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, lembrou que mais de 140 milhões de eleitores estão aptos a votar e se estimam mais de 700 mil candidatos para os cargos de prefeito e vereador. “Portanto, não é uma operação fácil de ser realizada, mas, com o apoio do Congresso Nacional e da sociedade brasileira, esperamos realizar as eleições mais seguras e limpas possíveis. Eu tenho a convicção profunda de que os países passam o que tem que passar para aprimorar e amadurecer. Sairemos dessa crise humanitária dramática com avanços civilizatórios e elevações espirituais que nos ajudarão a fazer um país maior e melhor”, ressaltou.

Novo calendário - Além de adiar as eleições, a Emenda também estabelece novas datas para outras etapas do processo eleitoral de 2020, como registro de candidaturas e início da propaganda eleitoral gratuita. Com a aprovação do novo calendário, não haverá necessidade de prorrogação dos atuais mandatos, uma vez que a data da posse dos eleitos permanece em 1º de janeiro de 2021.

Convenções partidárias e registro de candidatos - As convenções partidárias, que aconteceriam de 20



de julho a 5 de agosto, passam para o período que vai de 31 de agosto a 16 de setembro. Já o prazo final para o registro de candidaturas, que acabaria em 15 de agosto, passou para 26 de setembro. Mas os partidos políticos, por sua vez, ficam autorizados a realizar, por meio virtual, independentemente de qualquer disposição estatutária, convenções ou reuniões para a escolha de candidatos e formalização de coligações, bem como para a definição dos critérios de distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Propaganda eleitoral - A propaganda eleitoral terá início a partir do dia 27 de setembro, após o final do prazo para registro de candidatura.

Prestação de Contas e diplomação - Já a prestação de contas dos candidatos (relativas ao primeiro e ao segundo turnos) deve ser apresentada até 15 de dezembro à Justiça Eleitoral, que, por sua vez, deverá publicar a decisão dos julgamentos até o dia 12 de fevereiro de 2021. A diplomação dos candidatos

eleitos deve ocorrer até o dia 18 de dezembro em todo o país.

Resoluções - A nova Emenda Constitucional permite ao TSE fazer mudanças nas regras relativas à recepção dos votos, às justificativas, à auditoria e à fiscalização no dia da eleição, inclusive quanto ao horário de funcionamento das seções eleitorais e à distribuição dos eleitores no período, de maneira a propiciar segurança sanitária a todos os participantes do processo eleitoral.

A emenda constitucional também confere ao Tribunal a prerrogativa de definir os horários de funcionamento das sessões eleitorais e eventuais medidas de distribuição dos eleitores nas sessões para minimizar os riscos de aglomeração nos dias de votação.

Também cabe ao TSE solicitar ao Congresso Nacional a marcação, via decreto legislativo, de datas alternativas de votação em municípios cuja situação sanitária aponte riscos aos eleitores. A data-limite para a realização das votações, nesses casos, será 27 de dezembro.



O Tribunal de Contas de São Paulo e suas responsabilidades

As condições adversas do momento, em que fenômenos, ainda que naturais, desafiam os limites da ciência e fazem esboroar a presunção humana, exigem ações que escapam da segurança da rotina para passar ao território das incertezas e do inusitado. Nos atuais contornos da enfermidade, a experiência é inédita para todos e cada um, e a mobilização que ela provoca transforma os comportamentos e as atitudes, evidenciando neles o que há de melhor, ou de pior.

Governos são constituídos pela sociedade exatamente para que as pessoas possam conduzir suas vidas em comunidade com a certeza de que os interesses gerais serão atendidos, especialmente em situações que possam abalar sua segurança, sua integridade ou os valores que consideram importantes em sua existência. Uma crise como a que ora nos abala pede comando, coerência e determinação de quantos detenham responsabilidades públicas e, por favor, que se entendam!

Não é admissível que a escolha por esta ou aquela terapia ou por uma ou outra estratégia de combate ao mal se contamine por ações inspiradas por interesses políticos, individuais ou não. Suponho que ao doente sufocando no leito da UTI eleições constituam tema absolutamente indiferente. Assim como quantos sejam os apoiadores da substância x, y ou z. A consideração é relevante porque, na ausência de uma condução geral, resta para o governante local a obrigação de prover os meios e os recursos da forma que lhe é possível, assim como adotar as medidas de proteção e pre-



venção que lhe aconselhem o senso de responsabilidade e seu comprometimento com o bem-estar geral. Refiro-me especialmente aos prefeitos dos municípios paulistas e aos profissionais engajados diretamente nas ações de saúde que impliquem na destinação de recursos financeiros.

É ilusório imaginar que as facilidades trazidas pelas normas legais excepcionais típicas dos estados de emergência ou calamidade venham para minorar a responsabilidade dos agentes públicos. Muito ao contrário, é na excepcionalidade que o dever de correção se torna mais premente e, ao mesmo tempo, mais angustiante para o executor, ante a necessidade de atender à demanda que se faz urgente e a ausência de segurança decorrente da largueza e das franquias da lei temporária. A rotina é segura, a anormalidade gera apreensão. Por outro lado, cabe a possibilidade de que os aproveitadores de plantão – que sempre os há e haverá – agentes públicos, fornecedores, pilantras de toda ordem, se valham dos espaços atípicos para o acometimento de conhecidas falcaturas.

Para este período anômalo, o Tribunal de Contas tem mobilizado

suas vinte unidades regionais distribuídas no território estadual para acompanhamento diário da movimentação financeira e orçamentária dos órgãos municipais sob sua jurisdição e suas onze diretorias de fiscalização, que promovem o monitoramento das unidades do Governo do Estado e dos municípios da Grande São Paulo. Centenas de procedimentos encontram-se sob requisição e análise que, em caso de irregularidades, constituirão objeto de julgamento pelos órgãos decisórios.

Mas o que importa acentuar é que toda essa atividade se dá respeitando o que constituem tradição da Corte de Contas paulista: objetividade, sobriedade e respeito tanto ao contribuinte quanto ao agente público. Para as questões abordadas sempre se há de assegurar a oportunidade da defesa e das justificativas. No TCE não existe pré-julgamento, nem denunciismo, não se faz espetáculo. O que há é trabalho sério, limpo, aberto e com a competência que lhe dá quase um século de existência.

Edgar Camargo é presidente e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP).



Dr. Evaldo Roberto Coratto -
Coordenador Estadual dos CONSEGs

Coratto: mais de 10 mil voluntários

Evaldo Roberto Coratto, Coordenador Estadual dos CONSEGs desde o ano de 2011. Foi Subprefeito do Butantã. Atuou como Diretor da Região Metropolitana de São Paulo e da Secretaria de Planejamento. Trabalhou como Assessor Técnico de Gabinete na Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Participa como Membro do CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente). Engenheiro Químico, formado em 1977 junto à Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Casado há 40 anos com Wanda Coratto, e tem dois filhos.

Mensagem

“Ao longo dos 35 anos de existência dos CONSEGs, comemorado no último dia 10 de maio com apresentação de lives e vídeos em redes sociais. Nesses últimos anos juntamos quase 10 mil voluntários, fato importante na história da Coordenadoria Estadual dos CONSEGs. Atualmente somos em 456 Conselhos Comunitários de Segurança Pública no Estado de São Paulo, que participam das reuniões mensais transmitindo sugestões e



demandas para melhorias no seu bairro, região ou cidade, estreitando laços na convivência com a comunidade. Agradecemos imensamente a esses valorosos “consequianos” que ajudam a construir de forma significativa a segurança pública em todo o Estado”.



Dr. Gilberto Miezza - Delegado de Polícia e Ex-Assessor da Assistência Policial Civil da Coordenadoria Estadual dos CONSEGs

Miezza: participação ativa dos consequianos

Gilberto Miezza, Delegado de Polícia, formado em Direito pela

Universidade de São Paulo, ingressou na Polícia Civil em 1970. Foi o primeiro Assistente Policial Civil da Coordenadoria Estadual dos CONSEGs, Ex - Professor de Direito Penal na Uniban. Trabalhou em diversas Delegacias da Grande São Paulo. Dirigiu a Divisão de Saúde Pública do extinto DECON, e presidiu a Primeira Comissão Processante Permanente da Corregedoria. Encontra-se aposentado e, é casado com a Juíza do Trabalho Heleni Miezza, há 47 anos com quem possui duas filhas.

Mensagem

“Nestes 35 anos de CONSEG, o que nos enche de orgulho, é constatar que muitos dos companheiros “consequianos” daquela época, estão ativos, participando intensamente das ações comunitárias, desenvolvidas pelos Conselhos Comunitários de Segurança e pelas Polícias. Eles são a prova viva de que o saudoso grande estadista, Governador André Franco Montoro, estava absolutamente certo quando viu na criação dos nossos Conseg, uma oportunidade de concretizar o grande ideal da democracia, mencionado incansavelmente por ele: Governo

CONSEGs

do povo, com o povo e para o povo. Esse ideal torna-se realidade na área de segurança pública, já que o combate e a prevenção ao crime somente se aperfeiçoam com a participação popular organizada. Parabéns a todos os que apoiam os policiais, diuturnamente. Minhas homenagens a todos.



*Cel PM Luiz Eduardo Pesce de Arruda –
Coronel da Polícia Militar e
Ex- Assessor da Assistência
Policial Militar da Coordenadoria
Estadual dos CONSEGs*

Cel Arruda lembra do ex-governador Montoro

Ingressou como aluno oficial na Academia de Polícia Militar do Barro Branco em 1977 e, foi como Aspirante a Oficial em 1981. Publicitário e Bacharel em Direito, realizou estágio de especialização na ENA (Paris) em liberda-

des públicas e segurança interior. Estágio em Polícia Comunitária na Universidade de Michigan nos E.U.A. e no Japão (JICA). Mestre e Doutor em ciências policiais de segurança e ordem pública (CAES), é também doutorando em História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Autor musical e teatral, palestrante no Brasil e no exterior, serviu como Assistente Policial Militar na Coordenadoria dos CONSEGs de 1995 a 2005, atualmente é Coronel da Reserva. É casado há 19 anos com a educadora Márcia Regina Ribeiro de Arruda e tem dois filhos.

Mensagem

“Ao celebrarmos os trinta e cinco anos de implantação dos CONSEGs, saúdo a memória do grande estadista que sonhou e tornou realidade os nossos Conselhos Comunitários, o imortal Governador André Franco Montoro e, igualmente o Ex- Presidente Michel Temer que, como Secretário da Segurança Pública, compreendeu esse propósito e conduziu com serenidade e sucesso os CONSEGs em seus passos iniciais. Também saúdo aos nossos eméritos Secretários de Segurança Pública e Coordenadores, meus caros colegas Policiais Cíveis e Militares com os quais trabalhei e convivi na Coordenadoria. Nestes 35 anos, os CONSEGs firmaram-se como a mais sólida, ampla e bem sucedida iniciativa de participação comunitária na segurança pública em curso no Brasil. O modelo adotado por São Paulo foi adotado por outros Estados e pela África do Sul, patenteando o sucesso de uma iniciativa simples, unindo Autoridades policiais, Autoridades públicas e líde-

res da comunidade, para juntos estabelecerem prioridades para o emprego de recursos humanos, materiais e tecnológicos da Polícia, segundo a percepção da comunidade, corrigindo problemas que impactam a segurança de todos nós e, desenvolvendo campanhas educativas que minimizem a ocorrência de crimes, atos antissociais e acidentes que possam ser evitados. Minha especial e carinhosa saudação vai para os milhares de líderes comunitários, mulheres e homens voluntários e dedicados generosamente à essa causa, que em seu esforço corajoso e ético têm construído os CONSEGs e, mais que isso, tecido uma rede inviolável que sustenta a própria vida de nossas comunidades. Por tudo o que me ensinaram, por sua leal amizade, civismo e integridade, é a vocês que dedico minha mais respeitosa homenagem. E ao atual Coordenador Dr. Evaldo Roberto Coratto e sua equipe, meus votos de pleno sucesso, com as bênçãos de Deus.”



Diálogo Interinstitucional: alternativa segura para política pública de saúde

Se fosse possível escolher uma só palavra para definir o caminho que deve ser perseguido pela humanidade para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e que garanta direitos para todos, certamente a eleita seria a palavra “diálogo”.

A eleição deste vocábulo tem sua lógica na própria essência da vida em sociedade, uma vez que seus membros são parte integrante de um mesmo todo. Se o diálogo é necessário em condições normais, em momentos de crise, torna-se uma ferramenta indispensável, crucial, para que um novo horizonte possa ser vislumbrado.

Analisando retrospectivamente a história política e a formação das estruturas brasileiras, não há dúvida de que, em regra, há uma cultura do conflito, materializada, na prática, no grande número de demandas que se observa no Poder Judiciário brasileiro. Uma parcela considerável dessas ações judiciais poderia ser solucionada através de métodos alternativos de solução de controvérsias, cultura esta que progressivamente vem sendo implementada no Brasil através da mediação e da arbitragem.

No entanto, se a mediação e a arbitragem, já são, em alguma medida, conhecidas e disseminadas, o mesmo não pode ser dito da criação de espaços de pactuação interinstitucionais. Ao contrário do que ocorre naquelas técnicas de solução de conflitos, a composição dos espaços interinstitucionais de

diálogo não se resume às partes que já estão em litígio. Em verdade, sua criação não está vinculada à existência de litígio e, em grande medida, um dos seus benefícios é justamente o de criar um ambiente de segurança jurídica que contribua para evitar a judicialização. Pressupõe a participação, em um mesmo ambiente de pactuação, do Poder Executivo, dos Sistemas de Justiça e de Controle Externo (Tribunais de Contas), do Poder Legislativo e da sociedade civil.

O que os une é um interesse público comum, a exemplo da saúde ou da educação, e a intenção de resolver problemas concretos, em busca de uma alternativa que, ao mesmo tempo, garanta à popula-

ção o direito contemplado na demanda analisada e que seja exequível ao Poder Público. Isso é feito a partir da construção de pontes entre as instituições, que permitem a compreensão da realidade fática como um todo, superando a visão isolada individual. Dito de maneira simplificada: em vez de enxergar apenas os frames – pequenos pedaços – de maneira isolada, com a união de todos, é possível ver o “quadro completo”.

O Instituto Article, organização cuja missão é fomentar o diálogo e articulação entre as esferas de governo, os três Poderes, os órgãos de controle e a sociedade civil, para a promoção de políticas públicas sociais mais eficazes, tem atuado na criação de mecanismos de



governança interinstitucional pioneiros. O mais recente, ainda em fase embrionária, será implantado na região paulista de saúde que abrange Pirapozinho, Narandiba, Tarabai, Sandovalina e Estrela do Norte, cuja jurisdição é da Comarca de Pirapozinho. Trata-se do promissor Gabinete Interinstitucional de Articulação na Saúde, realizado em parceria com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo (COSEMS-SP), com intuito de criar um ambiente de pactuação entre a Administração Pública, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário para tratar sobre questões afetas à política pública de saúde, com foco, nesse momento, nas medidas que têm sido adotadas no contexto da pandemia sanitária da Covid-19.

Estimulada pela emergência da pandemia – que voltou a colocar os holofotes da mídia sobre as deficiências e os pontos de estrangula-

mento do sistema de saúde brasileiro –, a criação do Gabinete Interinstitucional de Articulação na Saúde possui o propósito de estabelecer um ambiente de diálogo entre o gestor público e Sistema de Justiça, que possibilite a compreensão da realidade peculiar enfrentada pelos gestores públicos e propicie a tomada de decisões de maneira mais célere e eficaz, em um ambiente de segurança jurídica.

Ao mesmo tempo em que não se pode deixar desassistida a população, as singularidades da gestão pública, em um contexto de profunda crise fiscal, devem ser amplamente discutidas, permitindo que se chegue a uma solução que potencialize a efetivação do direito fundamental à saúde, de um lado, e que se maximize a eficiência das ações administrativas, de outro lado.

Assim, nessa mesa de diálogo, sob a mediação do Instituto Articula-

le, devem estar presentes todos os atores que possam contribuir com sua visão singular sobre a política pública de saúde: o gestor público, com o conhecimento da realidade financeira e estrutural da Administração; o COSEMS-SP, com a percepção do gestor de saúde de maneira global; o Ministério Público e a Defensoria Pública, como linha de defesa do interesse público e dos que mais precisam da efetivação das políticas públicas; e o Poder Judiciário, que, em ultima ratio, detém a competência decisória quando tais questões são levadas a juízo. Reunidas essas múltiplas visões, é possível vislumbrar o cenário completo e centralizar esforços nas demandas mais graves e prioritárias, com maior resolutividade.

A articulação e o diálogo são peças-chave no intrincado tabuleiro das políticas públicas. O embate direto e a criação de rupturas entre as instituições muitas vezes agrava o efeito “bola de neve” da ineficácia das políticas públicas, indo na contramão daquilo que a humanidade comprovou, com base em evidências: o diálogo, por mais singelo que seja, é a força motriz das mudanças sociais estruturadas e que produzem os efeitos mais duradouros.

Alessandra Gotti é fundadora e presidente-executiva do Instituto Articule. Doutora em Direito Constitucional pela PUC/SP e sócia de Hesketh Advogados. É também Coordenadora da Célula de Soluções Estratégicas do Grupo de Administração Legal do Conselho Regional de Administração de São Paulo.

Arthur Paku Ottolini Balbani é bacharel em Direito pela USP, assistente jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e pesquisador voluntário do Instituto Articule.



A utilização da carta geotécnica de aptidão à urbanização, sua integração aos ODS e ao plano diretor do município de Santana do Parnaíba-SP

Por Carlos Geraldo Luz de Freitas –
Geólogo e Pesquisador do IPT e
Kátia Canil – Geógrafa e Professora da
Universidade Federal do ABC - UFABC

No Brasil, o processo de urbanização não foi acompanhado por políticas de desenvolvimento urbano e por planos habitacionais adequados. O crescimento e consolidação das atividades industriais intensificou a ocupação das cidades, a partir da década de 1950 e acelerou-se logo após os anos 1970.

Ocorreu intensa migração, sobretudo pouco qualificada e de baixa renda, na busca de emprego nas fábricas e no serviço público, incorporando a demanda de mão de obra com o incremento da construção civil. Grande parte dessa população ocupou terrenos frágeis, no território das cidades, do ponto de vista ambiental e suscetíveis a processos de deslizamentos e inundações.

O resultado foi a construção de moradias de baixo padrão construtivo, caracterizando os assentamentos urbanos precários, criando áreas de vulnerabilidade socioambiental nas periferias das cidades e demonstrando a ineficiência do poder público no controle do uso e ocupação do solo urbano. Em consequência, houve uma explosão de áreas caracterizadas por riscos e expostas a situação de desastres, nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo e em outras regiões do Brasil.

O tema entrou, tardiamente, na pauta dos governos e assim foi construída e aprovada a **Lei 12.608/12**, que instituiu a **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC)**, que explicita o compromisso de integração das políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio



Bairro Chácara Solar: situações de risco de atingimento de material de ocupação à montante (set/2019). Observar bota-fora na encosta, com desmatamento expressivo.

ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e as demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

Dentre os vários instrumentos previstos na lei está a **Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização (CGAU)**, cuja finalidade é a de dar suporte à indicação de áreas urbanas, ainda não ocupadas, adequadas aos usos urbanos, no perímetro urbano ou em áreas de expansão urbana. A obrigatoriedade do uso da CGAU, no planejamento da ocupação do território, extrapolou para outros documentos legais, tais como o **Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257)**, uma vez que os **Planos Diretores Municipais** devem contemplar suas diretrizes.

Cabe também lembrar que, hoje, existe outra referência importante com a adoção, no planejamento estratégico das cidades, dos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, instituídos em **2000**, configurados em agenda internacional, com requisitos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável dos países que os adotam.

Objetivos do desenvolvimento sustentável: fortalecimento para a agenda urbana

Atuando em parceria colaborativa, o Brasil foi um dos planejadores desses objetivos, junto aos chefes de Estado e de Governo e altos representan-

tes reunidos na sede da ONU em **2015**. Assumiu-se uma série de compromissos fundamentados em tratados internacionais de direitos humanos e grandes conferências e cúpulas das Nações Unidas, incluindo: a **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**; a **Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável**; a **Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social**; o **Programa de Ação da Conferência Internacional de Pequim sobre População e Desenvolvimento**; a **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)**; e a **Terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Desastres**.

São desafios e compromissos inter-relacionados e que exigem soluções integradas, estruturando sociedades mais pacíficas e inclusivas, fortalecendo a gestão sustentável dos recursos naturais e a capacidade científica, tecnológica e de inovação para avançar rumo a padrões mais sustentáveis de consumo e produção. Todos os documentos resultantes desses encontros internacionais e nacionais estabelecem, dentre outros aspectos, que a política urbana deve garantir o direito a **cidades sustentáveis**, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e as futuras gerações.

No âmbito da **Agenda Urbana**,

passa-se a considerar os ODS, que devem fazer parte da concepção e da gestão do **Plano Diretor Municipal – PDM**, envolvendo planos de ação adaptados para os contextos específicos de cada município, propondo estratégias, instrumentos, ações e programas para sua implementação, destacando-se:

- Criação de Comissões Municipais para sua coordenação, em um **sistema participativo** envolvendo desde os gestores públicos, até setores privados, academia e organizações da sociedade civil, com a capacitação e aperfeiçoamento de mecanismos técnico-administrativos de atores e gestores locais;

- Valorização e **promoção de visibilidade, junto à população**, das práticas voltadas à obtenção das metas propostas, acompanhando e monitorando seu desenvolvimento com relatórios periódicos, disponibilizando dados e diagnósticos sobre a situação e promovendo eventos, oficinas e debates;

- Facilitar a implantação de **projetos que contribuam para essa abordagem** nas atividades municipais, estimulando e fortalecendo parcerias que contribuam com ações e iniciativas para o alcance dos ODS; e

- **Priorização de áreas e grupos populacionais com maiores problemas de degradação ambiental e social.**

Resultados de uma experiência no município de Santana de Parnaíba

Por meio de um projeto aprovado no âmbito da vertente de **Projetos Sociais da Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – FIPT**, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do ABC – UFABC e contando com o apoio logístico e envolvimento de técnicos da **Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba** (Secretarias de Meio Ambiente e Planejamento, Obras; Habitação; Segurança Urbana/Departamento de Defesa Civil) buscou-se, partindo da integração dos ODS, da CGAU e do Plano Diretor desenvolver propostas e ações em comunidades que vivem em assentamentos precários no município.

A escolha do local piloto de aplica-

ção levou em conta que o município foi a primeira cidade do Brasil e 5ª no mundo a entregar para a ONU o Relatório Local Voluntário dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e ainda revela a existência de população carente, sendo selecionada a Chácara do Solar, setor 3 do Jardim Rachel, onde vivem, aproximadamente, cem famílias. Para o estudo consideraram-se os **ODS 1, 6 e 11** e suas respectivas metas:

Objetivo 1 – “*acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, considerando a sua redução no Brasil*”, ressaltando como meta “*construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, reduzindo sua exposição a eventos extremos relacionados com o clima*”.

Objetivo 6 – “*assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos*”, tendo como meta “*o acesso universal e equitativo a água potável e segura*”, “*protegendo e restaurando ecossistemas relacionados com a água*”, e “*apoando e fortalecendo a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento*”.

Objetivo 11 – “*tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*”. Ressalta-se, como metas, “*aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis*”; “*garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos associados com a urbanização das favelas*” e “*acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as*

crianças e pessoas idosas, agregando, ainda, mulheres e pessoas com deficiência”.

Para o atendimento dos objetivos e metas propostos por esses ODS, as atividades do projeto contemplaram: (a) tratamento e síntese dos dados geoambientais da CGAU existente, levando em conta os objetivos e metas propostas; (b) prognóstico envolvendo as informações e avaliação de sua interação com os ODS com averiguações concomitantes da variabilidade entre os processos ambientais e suas implicações previstas ou possíveis nos objetivos estudados; (c) realização de diferentes arranjos de reuniões e oficinas de trabalho, com debates do prognóstico preliminar obtido; (d) cartografia das áreas dos assentamentos precários e a discussão com as diretrizes da CGAU; (e) entendimento do contexto da área sob o processo de regularização fundiária, integração dos resultados com as diretrizes do Plano Diretor em revisão; e (f) elaboração e divulgação das conclusões resultantes dos debates, com propostas de aplicação efetiva dos **ODS** aderente à CGAU e às diretrizes estratégicas do Plano Diretor do Município.

Pretende-se, findo os trabalhos, sistematizar a metodologia utilizada para que possa ser utilizada em situações similares, respeitadas as especificidades locais e regionais e, se possível, transformá-la em Política Pública de Estado com vista à sua perenidade.



Oficina técnica com equipe do IPT/UFABC e da prefeitura de Santana de Parnaíba para discussão da CGAU (04/11/2019).

As novas mudanças no saneamento básico municipal



Desde 2017 vem sendo discutida a reforma regulatória na área do saneamento básico no país, tendo sido admitidas algumas mudanças as quais possivelmente poderão alterar o cenário brasileiro, caso o Projeto de Lei nº 4162/2019 aprovado no Senado Federal venha a ser sancionado pelo Presidente da República, o que não ocorreu até o fechamento desta edição.

Conforme constou do relatório que acompanha o projeto de lei, aproximadamente 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada; metade da população, em torno de 104 milhões de pessoas, não tem serviços de coleta de esgotos, o que resulta numa deficiência que atravanca os índices de desenvolvimento humano (IDH) e acarreta, por consequência graves danos sociais e econômicos.

Espera-se que o novo marco legal para o setor de saneamento básico venha a impulsionar novos

investimentos no setor e universalizar os serviços.

De fato, de acordo com o projeto de lei que seguiu para sanção, o prazo para universalização dos serviços de saneamento básico foi fixado em 31 de dezembro de 2033.

A Agência Nacional de Águas passará a ser o órgão regulador responsável pelo setor, buscando uniformidade na regulação do setor de saneamento básico, sendo que a concessão de financiamentos federais ficará condicionada ao cumprimento das normas expedidas pela ANA.

O projeto de lei autoriza expressamente – e independentemente de autorização legislativa – que os Municípios promovam a gestão associada dos serviços de saneamento básico por meio de consórcios públicos ou convênio de cooperação, o que, na prática, pode ser uma boa solução, especialmente

para os Municípios de pequeno porte.

Além disso, reforça a obrigatoriedade de os Municípios elaborarem seus planos de saneamento básico, obrigação que já existia desde 2007 com a Lei nº 11.445.

Uma das grandes preocupações tem sido o prazo para o encerramento dos lixões, que venceu em 31 de dezembro de 2019. O projeto de lei prorroga esse prazo para considerar 31 de dezembro de 2020 e outros prazos específicos para os Municípios que tenham atendido certos parâmetros na gestão dos resíduos sólidos.

Uma outra inovação será a possibilidade de remuneração dos serviços relativos à gestão de resíduos sólidos na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, dependendo do regime de prestação do serviço, o poderá consistir em mais uma fonte de receita municipal.

As inovações legais são positivas e trarão um novo horizonte para o setor, mas é bem de ver que a lei sozinha não resolverá o problema: junto dela é indispensável a vontade política por parte dos gestores públicos e comprometimento com essa pauta.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, integrante do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor” (isabela@conam.com.br).





Movimento de mulheres municipalistas

Minha luta por espaço para mulheres começou muito cedo quando “estudar era para homem” e “menina praticar esporte nem pensar”.

Graças a irmãos maravilhosos estudei muito. E pratiquei muito esporte sendo campeã de basquete e de atletismo por duas vezes no intercolegial. Naturalmente desafiando os usos e costumes e sempre sentindo as diferenças. Já fui funcionária municipal desde fevereiro, no dia 1º de abril (mas é verdade) de 1954 fui pela primeira vez na APM por determinação do então Prefeito Fausto Santomauro, que me havia prometido uma viagem à capital (Como passei ao ser funcionária municipal e por que ganhei a viagem contarei em outra ocasião). E um dia me chamou dizendo que iria cumprir a promessa. Após autorização da minha família (imaginem uma quase menina viajando com o prefeito) fui com ele e mais dois funcionários para São Paulo e chegando ele me disse: “vou levá-la numa reunião de um grande amigo meu Aniz Badra que sempre insiste para que eu participe de seus encontros, mas nunca pude. Eu já o avisei que você estará na reunião”

Disse mais “se apresente, justifique minha ausência, ouça, não se manifeste e no final do dia viremos busca-la”

Com a indicação do porteiro do prédio na Rua Boa Vista, cheguei numa sala com muitos homens, somente homens, sérios, todos de paletó e gravata, austeros, que me olharam com curiosidade. Talvez pela minha “ousadia” como mulher e tão jovem ir estar com eles, surpreendentemente me sorriram; um deles me ofereceu uma cadeira e quando parei de tremer, quase engasgando, cumprimentei-os e me apresentei ao senhor que estava na ponta da mesa e

que o reconheci como o político que por várias vezes tinha visitado meu colégio: Aniz Badra, então Presidente da Associação Paulista de Municípios. Ele levantou-se e embora cerimoniosamente me abraçou dizendo que eu era quase sua conterrânea pois gostava muito de Rio Claro, cidade que acolhia grande parte da sua família.

Com esse seu gesto quase paternal, pela simpatia dos que me olhavam ainda surpresos mas simpaticamente, me senti estranhamente feliz e respeitada. E foi nesse momento que começou meu amor pela APM. E desobedecei o prefeito, ouvi muito mas quase que involuntariamente me manifestei e percebi que embora aceita naquele momento, até com delicadeza, havia muito por fazer se quisesse falar de gênero e conseguir espaço para mulheres. Com esse desafio, sempre com o mais absoluto respeito pelos municípios e seus gestores, homens e mulheres e com a certeza de que nada resiste ao trabalho, fiz a minha história, iniciada a 66 anos.

Graças a APM, minha casa de sempre, ingressei no movimento municipalista estadual que me levou ao movimento nacional através inicialmente da ABM – Associação Brasileira de Municípios minha casa por tantos anos. Me levou também a participar com a então Prefeita de São Paulo Luiza Erundina, da Fundação da Frente Nacional de Prefeitos de Capital (hoje não mais de capitais) e me levando ainda à glória maior de fundadora que sou, com outros irmãos de fé, da Confederação Nacional de Municípios-CNM.

Sua trajetória vamos contar em



nosso Livro pois é uma história bonita - e eu sempre tentando inclusive para colocar mulheres na Diretoria - foi preciso ela ser estruturada, provar a que veio, tornar-se referência em credibilidade para depois - e não foi fácil - discutir gênero. Assim, embora fundada em 1980, somente a alguns anos atrás e após muitos desafios e trabalho, graças a um jovem Gustavo Ceza-rio, então Diretor Executivo da Entidade e graças principalmente a companheira Tania Ziulkoski, esposa do então Presidente Paulo Ziulkoski, fundamos e estruturamos o Movimento de Mulheres Municipalistas que hoje tem centenas de prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras em todo o Brasil, guerreiras e corajosas, lutando dentro das diferentes realidades e possibilidades pelas oportunidades iguais. Sobre essas heroínas e espaços para mulheres hoje na APM, falaremos nas próximas edições.

Dalva Christofoletti Paes da Silva é do departamento de Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME- Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.



Por
**Marilene
Mariottoni**

Todas in-Rede

O lançamento virtual ocorreu em 15 de junho, com a participação de Bia Dória, Presidente do Fundo Social SP, Secretária Célia Leão, Secretária Aracélia Costa, Promotora Fabíola Sucasas, Mila Guedes e Nara Oliveira.

Debate Virtual

Sobre o Combate à Criminalização da Política, em 22 de junho, contou com a participação da prefeita Daniela de Cássia (Monteiro Lobato), da vereadora Thainara Faria (Araraquara), da Deputada Estadual Marina Helou e da Deputada Federal Joênia Wapichana, entre outros.

Conselho Feminino

O Conselho Estadual da Condição Feminina, presidido por Mariazinha Hellmeister, realizou a live “Vidas Negras importam”, com Maria Clementina de Sousa e Cida Costa.

Vereadora Cléo

A Vereadora Cléo Furquim (Jaú) realizou live com a Promotora Gabriela Manssur, idealizadora do Instituto Justiça de Saia e Justiceiras.

Mulheres na Engenharia

O Dia Internacional das Mulheres na Engenharia, 23 de junho, teve cumprimentos da Engenheira Lenita Secco Brandão, Vice-Presidente no exercício da Presidência do CREA-SP, às Engenheiras do Estado.

Luciana Rodrigues

Prefeita de São João de Iracema determinou a realização de limpeza e organização das áreas verdes, desinfecção para a proteção da cidade contra o Covid 19, deu apoio ao Projeto Cidade Limpa da TV TEM e obteve verba para os Programas de Atenção Básica, através de emenda do Deputado Arnaldo Jardim.

Lei Maria da Penha

Em 9 de julho, sob a presidência de Sileni Rolla (MMV), o 1º Encontro Virtual do Movimento Mulheres da Verdade sobre a Lei Maria da Penha, com a participação das Delegadas Rosmary Corrêa, Maria Valéria Santos e Renata Cruppi.

Hinos

No site da Prefeitura de Vitória Brasil (Prefeita Ana Lúcia Olhier Módulo) pode-se encontrar informações importantes e uma relação de hinos, como o Hino Nacional, o Hino à Bandeira, da República, da Independência e a Canção do Expedicionário.

Sorocaba

O município cuja Prefeita é Jaqueline Coutinho, conta com mais de 100Km de ciclovias, sendo referência nacional. Entre tantos prêmios conquistados, o selo de Cidade Amiga do Idoso.

Patrícia Ellen

A Secretária de Desenvolvimento Econômico Patrícia Ellen, o Secretário de Desenvolvimento Regional Marco Vinholi e o Dr. Paulo Menezes, Coordenador do Controle de Doenças realizaram live em 19 de junho sobre a Testagem nos municípios.

Célia Leão

A Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência fez a live “A Inclusão nos eventos e a valorização dos profissionais de eventos”, em 22 de junho.

Oficina Municipal

Live realizada no dia 23 de junho tratou do tema “Eleições 2020 em meio a incertezas”, com a participação do Presidente Carlos Cruz. Prefeitas e Vereadoras receberam informe sobre essa live.

Taboão da Serra

A Vereadora Rita de Cássia obteve a aprovação de seu projeto de lei para armazenamento e aproveitamento da água de chuva, colaborando para a defesa do meio ambiente.

Lives

Cris Kerr, da CKZ Agência, realizou live sobre “Como Humanizar Líderes e Gestores para Trabalhar com Pessoas com Deficiência” com Katya Hemelrijk, consultora Talento Incluir, e “O Papel do Homem na Equidade de Gênero” com Ismael dos Anjos, Coordenador do Documentário “O Silêncio dos Homens”.

Cláudia Carletto

Secretária Municipal de São Paulo dos Direitos Humanos e Cidadania e a Vereadora Adriana Ramalho, Presidente da Avesp, realizaram live sobre a política de inclusão, em 18 de junho.

Potim

A Diretoria de Turismo do município cuja Prefeita é Érica Soler, orientada pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado, realizou alguns cursos a distância, como Fotografia digital para celulares, Mídias Sociais e Voz: exercícios práticos e trabalho com texto.

Maria de Lourdes Carvalho

A Prefeita de Natividade da Serra assinou Decreto suspendendo por 120 dias, a partir de junho, a cobrança de IPTU, alvará de funcionamento pessoa física e jurídica e alvará de taxista, em razão dos efeitos negativos advindos da Pandemia do Covid-19.

Marilene Mariottoni é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemariottoni@uol.com.br

Municípios aniversariantes



Maio

Dia 01 - Murutinga do Sul

Dia 02 - Guapiara

Dia 02 - Macaúbal



Dia 03 - Brotas - 181 anos

O povoamento das terras onde hoje está situada a sede do Município de Brotas iniciou-se com José dos Reis, no local conhecido como “Salto”. Aí formou sua propriedade denominada Fazenda Velha, nome que mais tarde se estendeu também ao povoado que se instalou às margens do rio Jacaré-Pepira. Por volta de 1840, Francisca Ribeiro dos Reis e seu irmão, Antônio Ribeiro da Silva, herdeiros do antigo proprietário, mandaram construir uma capela em louvor a Nossa Senhora das Dores de Brotas. “Brotas” é a expressão paulista que indica “olho d’água nascente”. A população atual é de 24,4 mil habitantes.



Dia 03 - Pinhalzinho - 180 anos

Pinhalzinho, cujo nome derivou das matas de pinheiros que cobriam a região, foi fundado, em 1840. O povoamento deu-se principalmente por imigrantes italianos, entre eles Antônio Fornari e filhos, que fundaram a primeira casa comercial. A partir de 1910 o crescimento

foi acelerado com a criação de escola particular, mantida por moradores como Eduardo Fornari, Henrique Torricelli e outros. Em 1922, concluiu-se a igreja, obra realizada pelo construtor Tomás de Camargo e o carpinteiro José, sendo trazida diretamente de Barcelona, a imagem da padroeira, Nossa Senhora de Copacabana. A população atual é de 15,3 mil habitantes.

Dia 03 - Areiópolis

Dia 03 - Bebedouro

Dia 03 - Catiguá

Dia 03 - Cesário Lange

Dia 03 - Iracemápolis



Dia 03 - Poloni- 94 anos

Em maio de 1926, Cândido Poloni levantou, na sede da fazenda de sua família, um cruzeiro em torno do qual se formou a povoação de Vila Rosa, assim denominada em homenagem à sua mãe. A vila passou a receber grandes famílias, principalmente imigrantes italianos, que se dedicavam à cafeicultura. Formaram-se novas fazendas que propiciaram o progresso da região. Depois de alguns anos, a agricultura diversificou-se, introduzindo o arroz, milho, algodão, feijão e laranja, que somadas ao café e pecuária aumentaram a arrecadação da localidade, possibilitando sua emancipação. A população atual é de 6 mil habitantes.

Dia 05 - Biritiba Mirim

Dia 06 - Irapuru

Dia 07 - Boracéia

Dia 08 - Itapecerica da Serra

Dia 08 - São Luiz do Paraitinga



Dia 05 - Garça - 91 anos

Em 1916 partia de Campos Novos, localidade situada a meio caminho, entre o rio do Peixe e o rio Paranapanema, a primeira Bandeira, que iria atravessar a mata virgem e estabelecer-se nestas paragens, dando origem à atual cidade de Garça. A terra era fértil e a floresta densa. As primeiras derrubadas foram feitas pelo Dr. Navarro J. Cintra nas terras que se situam à direita de cabeceira do Ribeirão da Garça. Não tardou, portanto, a surgir um povoado em torno da sede da fazenda. Assim nasceu Garça que teve a princípio o nome de Incas e depois Italiana. A população atual é de 44,4 mil habitantes.

Dia 12 - Indaióporã

Dia 13 - Cajobi

Dia 15 - Monte Alto

Dia 18 - Guaíra

Dia 18 - Piratininga



Dia 19 - Alambari - 27 anos

Em 1820, o Major Domingues Afonso, seguia viagem para Guaratinguetá acompanhado de sua esposa e de seu filho Afonso. Ao atravessar um lajeado, o pequeno Afonso caiu do animal em que viajava e fraturou o crânio. Domingos Afonso se comprometeu então em construir uma capela sob a invocação do Senhor Bom Jesus de Alambari, caso o filho recobrasse os sentidos. A capela só foi construída em 1842. Com o aumento rápido da população do referido povoado, as pessoas influentes do lugar, requereram que a povoação de Alambari fosse elevada à categoria de Freguesia. A população atual é de 6 mil habitantes.

Dia 19 - Araçariguama

Dia 19 - Arapeí

Dia 19 - Barra do Chapéu

Dia 19 - Bertióga

Dia 19 - Cajati

Dia 19 - Campina do Monte Alegre

Dia 19 - Canitar

Dia 19 - Dourado



Dia 19 - Estiva Gerbi - 28 anos

Estiva Gerbi era um pequeno povoado que pertencia ao município de Mogi Guaçu. Aos poucos foi se transformando em bairro, batizado de São José. Com a chegada da família de Lourenço Gerbi, foi construída uma pequena cerâmica de manilhas. O progresso da Indústria de Cerâmica Gerbi atraiu novos investimentos para a região, e, com ele, o desejo de emancipação, que se tornou realidade em 1991. A cidade foi batizada de Estiva Gerbi em homenagem a família de Lourenço Gerbi, e aos trabalhadores que construíram a estação de trem. A população atual é de 11,3 mil habitantes.



Dia 19 - Potim - 38 anos

A origem do nome da cidade de Potim, remota aos idos de 1772, está ligada a língua indígena Nheengatu, língua geral dos tupis-guaranis, que comporta o significado 'camarão'. Supõem-se a existência de um grande número de camarões de água doce, existentes no ribeirão denominado Potim. Inicialmente o povoado que surgiu aos poucos em volta da capela construída, recebeu o nome de povoado da Capela do Senhor Jesus da Cana Verde de Ribeirão de Potim. O povoamento desenvolveu-se lentamente. Tornou-se uma vila de pescadores e de trabalhadores rurais. A população atual é de 24,7 mil habitantes.

Dia 19 - Emilianópolis
Dia 19 - Engenheiro Coelho
Dia 19 - Hortolândia
Dia 19 - Novais
Dia 19 - Ribeirão Grande
Dia 19 - Saltinho
Dia 19 - Tuiuti
Dia 20 - Piedade
Dia 21 - Jumirim
Dia 21 - Nantes
Dia 21 - Paulistânia
Dia 22 - Bom Jesus dos Perdões
Dia 22 - Fernandópolis



Dia 22 - Pederneiras - 129 anos

Em 1848 os sertanistas Manoel dos Santos Simões e seus filhos Manoel Leonel dos Santos e João Leonel dos Santos, que foram os primeiros posseiros das terras em que se localizava esta cidade e denominaram-na “Fazenda Pederneiras”, em virtude da grande quantidade de pedra-de-fogo encontrada no local. No ano de 1906 foi elevada à categoria de cidade. A partir de 1916, Pederneiras tomou novo impulso aparecendo novos administradores que tudo fizeram para o engrandecimento cada vez maior da cidade. A população atual é de 46,7 mil habitantes.



Dia 22 - Santa Rita do Passa Quatro - 160 anos

Em 1820, poucas pessoas habitavam a região, contando-se entre elas Antônio Jacinto Nogueira e sua família. Em 1860, Ignácio Ribeiro do Vale e seu filho Deocleciano Ribeiro, fundaram Santa Rita. A pedido de

Dona Rita Ribeiro Vilela, uma das doadoras, o local escolhido foi uma colina contornada pelo córrego Santa Rita. O povoado recebeu o nome de Santa Rita, em homenagem à doadora e a denominação “Passa Quatro” foi acrescida, em virtude de a estrada primitiva que demandava à cidade de Pirassununga, cortar em quatro pontos o córrego de igual nome. A população atual é de 27,6 mil habitantes.

Dia 22 - Igarapava
Dia 22 - Neves Paulista
Dia 22 - Sales Oliveira
Dia 22 - Santa Branca
Dia 22 - Santa Rita D'oeste
Dia 23 - Bocaina
Dia 24 - Nova Odessa
Dia 29 - São Pedro do Turvo
Dia 30 - Palestina
Dia 30 - São Joaquim da Barra
Dia 30 - Valparaíso

Junho

Dia 04 - Porangaba
Dia 06 - Osvaldo Cruz
Dia 08 - Arujá
Dia 13 - Adamantina
Dia 13 - Coroados



Dia 13 - Cordeirópolis - 134 anos

Ainda no século passado iniciou-se a colonização de Cordeirópolis, nome decorrente da antiga fazenda Cordeiro. A luta pela sua emancipação iniciou-se bem cedo; já em setembro de 1902, a população reivindicava ao Congresso Legislativo do Estado a criação do Município. Em 1943, em decorrência de Decreto Federal, a população de Cordeiro, mediante plebiscito, escolheu novo nome para a localidade, que passou a chamar-se Cordeirópolis, a “cidade do cordeiro”. A população atual é de 24,6 mil habitantes.

Dia 13 - Guaratinguetá
Dia 13 - Junqueirópolis
Dia 13 - Macatuba
Dia 13 - Marinópolis
Dia 13 - Martinópolis
Dia 13 - Mirassolândia
Dia 13 - Ocaçu
Dia 13 - Paraibuna
Dia 13 - Pradópolis

Dia 13 - Quatá - 75 anos



Datam de 1721 os primeiros episódios de fundação de Quatá, ligados à abertura de uma estrada no rumo das minas de ouro de Cuiabá. As tentativas de colonização somente se concretizaram a partir de 1887, quando o sertanista Manoel Pereira Alvim adentrou nos campos do ribeirão Bugio. O nome de Quatá é devido o som (que ...tá) emitido por uma espécie de macabo-bugio, muito comum nos campos do ribeirão Bugio. A colonização somente teve êxito a partir de 1915, com a chegada dos colonos portugueses e italianos que difundiram os cafezais. Em 1924 foi criado Distrito de Paz. A população atual é de 14,2 mil habitantes.

Dia 13 - Rancharia - 103 anos



No início de 1916, a Estrada de Ferro Sorocabana, que rumava às barrancas do rio Paraná, construiu um acampamento de ranchos para seus operários. Os feitores dos serviços de desmatamento diferenciavam este acampamento, o maior dentre os vários implantados, pela designação de Rancharia. O uso frequente formalizou o nome da localidade. Logo mais, muitos sertanejos

construíram as primeiras casas e dividiram as terras, marcando efetivamente o início da povoação. Passados alguns anos, foi criado o Distrito Policial e, posteriormente elevado à categoria de município. A população atual é de 29,8 mil habitantes.

Dia 13 - Santo Antônio da Alegria - 154 anos



Às margens do ribeirão Pinheirinho, afluente do Rio Sapucaí-Mirim, localiza-se a sede de Santo Antônio da Alegria. Seu povoamento iniciou-se a partir de 1860, em torno da capela de Cuscuzeiro, onde os viajantes faziam pouso entre São Paulo e Minas Gerais. Foi elevada a freguesia em 1866, com o nome de Santo Antônio da Alegria. Por estar situada na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, na revolução constitucionalista de 1932 foi campo de operações bélicas, até 1937, quando a sede do Município foi dividida, parte em São Paulo e parte em Minas Gerais. A população atual é de 7 mil habitantes.

Dia 13 - Santo Antônio de Posse - 170 anos



O atual município de Santo Antônio de Posse fazia parte de uma sesmaria no território de Moji Mirim e surgiu como povoado no final do século XIX, com o nome de Sítio da Posse. Em 1892, habitantes do povoado, depois de muito trabalho, conseguiram erguer uma pequena igreja, e, com isso, o local se desenvolveu, vários prédios foram construídos e foi elevado à categoria de distrito, em 1893, do município de Moji Mirim. Em 1938, sua denominação foi alterada para Posse de Resaca, mas recebeu o nome de Santo Antônio de Posse quando passou à categoria de município, em 1953. A população atual é de 23,4 mil habitantes.

Dia 13 - Santo Antônio do Aracanguá
Dia 13 - Santo Antônio do Pinhal



Dia 13 - Suzanópolis - 60 anos

O cidade de Suzanópolis tem no Coronel Ernesto Schmidt o seu marco. Proprietário de grandes extensões de terra, o Coronel promoveu o loteamento de parte de suas terras dando condições para o surgimento de um núcleo urbano, então denominado Santo Antônio d'Oeste. O nome Suzanópolis veio em 1964, em homenagem a Sra. Herna Schmidt ou simplesmente Suzana, esposa do Coronel, ocasião em que o povoado foi elevado a distrito. A pecuária de corte explorada de forma extensiva sempre foi a principal atividade desenvolvida na região. A população atual é de 4 mil habitantes.

Dia 13 - Taiuva
Dia 13 - Urânia
Dia 13 - Uru
Dia 15 - Piquete
Dia 16 - Piracaia
Dia 16 - Salto



Dia 16 - Bariri - 130 anos

As terras entre os rios Tietê e Jacaré-Pipira, quase na sua confluência, desde o século XVIII eram frequentadas pelos bandeirantes por constituir ponto de passagem nas penetrações nos sertões de Goiás e Mato Grosso. Em 1877 tornou-se Distrito de Paz, e em junho de 1890, foi elevada Freguesia, com o nome de Bariri. Bariri, no tupi, é corruptela de “mboê-riri”, que significa “que corre e se agita”, ou “corredeira”. A população atual é de 35,3 mil habitantes.



Dia 17 - São Manuel - 150 anos

Em 1870, o alferes Manuel Gomes Faria, e outros, doaram 29 alqueires de terras, na região ao norte do rio Claro, chamada Água Clara, com a finalidade de fundar um arraial. No ano seguinte, essas terras foram permutadas por outras gleba mais para o sul, às margens do Ribeirões do Paraíso, onde se instalou o patrimônio de São Manuel do Paraíso. Nove anos após a instalação do povoado, São Manuel do Paraíso foi elevado à freguesia, em território de Botucatu. A população atual é de 41 mil habitantes.



Dia 18 - Bastos - 92 anos

Em terras da Fazenda Bastos, numa gleba de 12.000 alqueires, em 1928, foi implantado um loteamento sob a administração da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. A maior parte dos pequenos lotes foi vendida a imigrantes japoneses, que se dedicaram à agricultura e à criação do bicho da seda, chegando a constituir-se no maior centro brasileiro da sericultura. Após a década de 50 a diversificação na produção agrícola, como de amendoim, laranja, melancia, etc., trouxe nova fase de desenvolvimento. Bastos teve sua autonomia como município em 1944. A população atual é de 21 mil habitantes.

Dia 21 - Analândia
Dia 21 - Iacri
Dia 23 - Jacupiranga
Dia 24 - Alto Alegre
Dia 24 - Américo de Campos
Dia 24 - Atibaia
Dia 24 - Balbinos



Dia 19 - Ribeirão Preto - 164 anos



A história de Ribeirão Preto foi construída com os frutos da terra. O primeiro fruto cultivado na terra roxa foi o café. Tudo começou com os mineiros, desbravadores dessa região, por volta de 1811. Depois, já estabelecidos como fazendeiros, eles foram os doadores das terras para a criação do patrimônio de São Sebastião com a finalidade de manter uma capela em honra do santo. O nome Ribeirão Preto veio do córrego que atravessava o então povoado, chamado de Preto. E São Sebastião, o santo venerado pelos primeiros habitantes, tornou-se padroeiro do município. A população atual é de 703,3 mil habitantes.

Dia 21 - Cedral - 91 anos



Por volta de 1900, o povoamento de Cedral iniciou-se com a chegada dos primeiros povoadores. O nome do lugar, segundo alguns, decorre da abundância da madeira cedro encontrada na mata original, ou para outros, da denominação anterior do córrego que banha a área. A fundação do povoado é atribuída a Felício Botino, construtor da primeira casa de madeira, substituída logo depois por outra de tijolos. Em 1911, a Estrada de Ferro Araraquara inaugura a estação em Cedral, consolidando o desenvolvimento local. A população atual é de 9,3 mil habitantes.

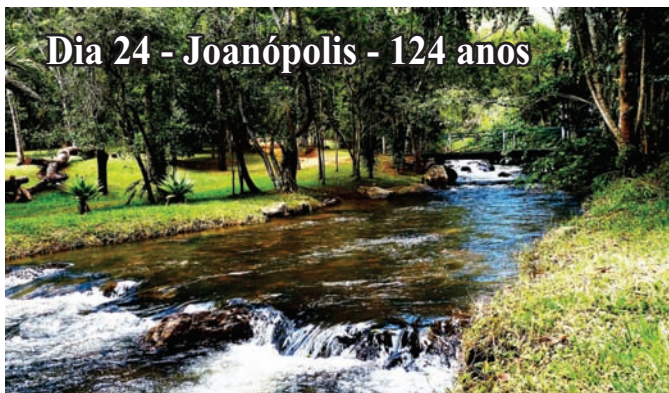
Dia 24 - Clementina

Dia 24 - Gastão Vidigal

Dia 24 - Ibaté

Dia 24 - Iepê

Dia 24 - Joanópolis - 124 anos



Os primeiros moradores da região compreendida entre o alto curso dos rios Jaguari e Cachoeira, reuniam-se no local onde hoje se encontra a igreja matriz de Joanópolis, para festejar São João Batista, no dia 24 de junho de cada ano. Tiveram a ideia de construir uma pequena capela que abrigasse os fiéis nas proximidades do antigo cruzeiro. Em 1893 foi oficialmente elevado a Distrito de Paz. A denominação original, no entanto, foi alterada para “Joanópolis”, cujo significado é “cidade de João”, em virtude de seu padroeiro, São João Batista. A população atual é de 13,3 mil habitantes.

Dia 24 - José Bonifácio

Dia 24 - Lucélia

Dia 24 - Mirandópolis

Dia 24 - Nhandeara

Dia 24 - Populina

Dia 24 - Rio Claro - 190 anos



No século XVIII, em consequência da descoberta do ouro em Cuiabá, Mato Grosso, os paulistas já cruzavam os campos ou sertões de Araraquara, que compreendiam a região de Rio Claro. Bandeirantes e aventureiros ali se fixaram, construindo as primeiras casas em suas propriedades, as margens do Ribeirão Claro. Foi concedida a Companhia Paulista de Estrada de Ferro a ligação entre Campinas e Rio Claro, inaugurada em 1876. Uma nova Ferrovia, ligando Rio Claro a São Carlos e Araraquara, foi construída entre 1881 e 1885. A população atual é de 206,5 mil habitantes.

Dia 24 - Salto de Pirapora

Dia 24 - Santa Albertina

Dia 24 - Santa Fé do Sul



Dia 24 - São João da Boa Vista - 199 anos

Fundada em 1821, por Antônio Machado de Oliveira e seus cunhados, vindos de Itajubá, cidade de Minas Gerais, chegando à região às vésperas do dia em que se comemorava o culto a São João Batista, o que deu origem ao nome da cidade. Contudo, em fato da cidade ter sido iniciada nos terrenos da Fazenda Boa Vista, de propriedade do Padre João Ramalho, recebeu assim o complemento “da Boa Vista”. Em 24 de abril de 1880, São João recebe a emancipação política e é elevada a município. A população atual é de 91,3 mil habitantes.

Dia 24 - São João das Duas Pontes

Dia 24 - São João de Iracema

Dia 24 - São João do Pau D'alho

Dia 27 - Lavrinhas



Dia 23 - Regente Feijó - 98 anos

No início do século XX, a implantação da Estrada de Ferro Sorocabana constituiu um marco dos surtos migratórios, estabelecendo pequenos povoados ao redor das estações ferroviárias, dedicados à cafeicultura até 1937. O capitão Francisco Whitaker e os agricultores Antônio e Augusto Vieira e Joaquim Lúcio fundaram, em 1922, um povoado ao longo da Ferrovia, dando-lhe o nome de Regente Feijó, em homenagem ao Estadista Regente Feijó. A população atual é de 20,3 mil habitantes.



Dia 29 - Monte Azul Paulista - 124 anos

A fundação da atual Monte Azul Paulista e o povoamento do Município estão ligados ao fato da grande procura de terras férteis para o cultivo do café em sua marcha para o nordeste e oeste do Estado. Em 1900 ganha o Distrito policial e em dezembro de 1903 o Distrito de Paz, subordinado a Bebedouro, já com nome de Monte Azul. Em 1914, Monte Azul, teve o nome alterado para Monte Azul do Turvo, por ser banhado pelo rio do mesmo nome. No entanto em 1948, o topônimo é novamente alterado, agora para Monte Azul Paulista, que prevalece até hoje. A população atual é de 19 mil habitantes.



Dia 29 - Morungaba - 132 anos

O desbravamento do território, onde se encontra o município, teve início no começo do século XIX, devido ao espírito aventureiro de um indivíduo de sobrenome Manso, que ali se estabeleceu com sua família, iniciando a cultura de cereais. Distrito de Conceição da Barra Mansa foi criado em 1888. Por proposta da Câmara, o nome Barra Mansa foi substituído em 1919, pelo de Morungaba que na língua indígena significa 'colméia' ou 'lugar onde moram as abelhas'. A população atual é de 13,7 mil habitantes.

Dia 29 - Lucianópolis

Dia 29 - Nova Canaã Paulista

Dia 29 - Nova Luzitânia

Dia 29 - Paulicéia

Dia 29 - Ubarana

Dia 30 - Guarujá



Como nos velhos filmes

O Suriname, a antiga colônia holandesa acima do Maciço das Guianas, conseguiu sua independência em 1975. Logo depois, já nos anos 80, caiu sob a ditadura de um general chamado Desi Bouterse. Um pouco mais adiante, com o milico ainda no poder, a mando do jornal paulistano no qual eu trabalhava à época, fui para lá a fim de narrar como iam as coisas. E assim, naquela manhã, estava eu na janela de um pequeno hotel em Paramaribo, a capital.

Avistava casas de madeira cobertas com zinco, carros americanos de luxo misturados a calhambeques, e uma profusão de raças a se cruzar nas calçadas movimentadas: chineses, negros, indianos e, naturalmente, europeus, provavelmente holandeses, a envergar ternos brancos que refletiam a luz do sol. De vez em quando, passava um jipe com soldados fortemente armados.

Ao caminhar pelas ruas uma das coisas que precisava apurar, como repórter, era se a situação pós-colônia levava, ou não, a dias melhores. E como o entorno me parecia relativamente desorganizado, comecei a concluir que, na melhor das hipóteses, tudo continuava mais a favor da esculham-

bação do que o contrário.

Quando já escurecia me lembrei da indicação que me fora dada por um médico inglês que sentara a meu lado, no avião.

— Não deixe — ele me disse — de ir tomar uns drinques num boteço chamado “Old Dutch Man”.

Na rua, pergunto a um guarda de trânsito sobre o lugar e ele me indica que bastaria atravessar a calçada e dobrar à direita.

Entro no tal bar e alguma coisa me acontece. Pois sou literalmente tomado pelo cenário da biboca na qual foram feitas as cenas iniciais, a da briga, do delicioso filme “Crocodile Dundee”. É verdade que o local parecia mais bem, digamos assim, decorado. Porém lá estava o balcão, alguns velhos tonéis de rum servindo de mesa, e o indefectível ventilador de teto. Como detalhe sofisticado, o piano, a um canto. No instante em que cheguei o pianista, um negro grande com mãos imensas, atracado ao teclado tocava, aliás de forma impecável, “Falling Love With Love”. Como frequentadores, os mesmos negros, indianos, chineses, malaios ou o que lá fossem as figuras que vira nas ruas. Sento no balcão e, me sentindo o próprio desbravador de alguma coisa, peço rum.

— Com que? — Pergunta, prosaicamente, o barman.

Como se o espírito de John Wayne tivesse baixado em mim, quase esmurro o balcão, ao rosnar:

— Puro!

Chegando a bebida, ao primeiro gole senti que um vulcão acabara de entrar em erupção nas minhas entranhas.

De todo modo, ficar olhando o movimento no “Old Dutch Man”

foi uma festa. Não sucedeu nenhuma briga cinematográfica, o pianista permaneceu, impávido e colosso, como um Bob Short em plena Manhattan.

De inesperado, apenas a chegada de um grupo de brasileiros, ali pelas 22 horas. Como já eram conhecidos no local, mal entraram o tecladista atacou, bravamente, de “Aquarela do Brasil”. Turistas? Não, contrabandistas. Era impressionante, à época, o número de barcos verde e amarelo que atracavam em Paramaribo carregados com pimenta-do-reino do Pará. Bem no passado, antes da renúncia do presidente Jânio Quadros, era café e cacau que levavam, pegando em troca carros americanos último tipo. Depois, na época da pimenta a troca passou a ser pelas quinquilharias de praxe, perfumes franceses, uísques escoceses, cigarros americanos e ingleses, gravadores e relógios nipônicos.

Preparei-me para sair do boteço quase à meia-noite, quando os brasileiros, atipicamente, estavam silenciosos entretidos pelas mulheres, a maioria indianas. O barman me pergunta:

— Outro rum?

— Não — aponto — só água.

Ele abriu um sorriso, que mostrou reluzente dente de ouro, no flanco esquerdo. Parei ainda um pouco, ao caminhar para a porta. Apenas a tempo de ouvir o maravilhoso pianista que atacava de “Tie a Yellow Ribbon Round the Old Oak Tree”. Uma verdadeira maravilha. Mas não foi isso que contei na minha reportagem para o jornal paulistano...



PROTEÇÃO MÉDICO-HOSPITALAR



GRUPO SEFER

comercial@gruposefer.com.br

(11) 4193-5447

(11) 99921-5222

MÁSCARA TRIPLA



A máscara cirúrgica descartável branca tripla com elástico, é desenvolvida para a proteção contra doenças de transmissão aérea por gotículas e também da projeção de fluidos corpóreos que possam atingir as vias respiratórias (nariz ou boca)

RESPIRATÓRIO N95 SEM VÁLVULA



A máscara de proteção N95 PFF2, é um respirador e purificador de ar semi-fácil e filtrante de partículas, foi desenvolvido para proteger as vias respiratórias contra diversos tipos de infecções.

AVENTAL DESCARTÁVEL COM FITA



O Avental de proteção, confeccionado em TNT e policloreto de vinila, 100% impermeável, e fechamento através de tiras com amarras externas atóxico e hipoalergênico, e previne 99% do contágio de vírus, bactérias, fungos e outros micro-organismos infectantes.

MÁSCARA EM TECIDO COM LOGO



Máscara em tecido 100%, algodão tricoline, tecido que foi citado e recomendado também pelos órgãos competentes na área da saúde como uma das opções para prevenção contra o COVID19, podem ser lavada, esterilizada com ferro de passar e reutilizada.

REALIZAÇÃO



64º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

DE 19 A 22 DE MAIO DE 2020
Campos do Jordão Convention Center / SP

“ QUEBRA DE PARADIGMAS ”

NA GESTÃO PÚBLICA, de um lado está o convencional, o pensamento linear, e do outro, o espírito criativo, a inovação, a mudança de comportamento.

